

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Letras**

Departamento de Linguística Geral e Românica



**DISTRIBUIÇÃO DOS MODOS CONJUNTIVO E INDICATIVO NO  
PORTUGUÊS FALADO E ESCRITO EM ANGOLA: UM CONTRIBUTO NO  
ESTUDO COMPARATIVO COM O PE, NUMA PERSPETIVA SEMÂNTICA**

**Carlos Domingos Trinta**

Dissertação

Mestrado em Linguística

2016



**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Letras**

Departamento de Linguística Geral e Românica



**DISTRIBUIÇÃO DOS MODOS CONJUNTIVO E INDICATIVO NO  
PORTUGUÊS FALADO E ESCRITO EM ANGOLA: UM CONTRIBUTO NO  
ESTUDO COMPARATIVO COM O PE, NUMA PERSPETIVA SEMÂNTICA**

**Carlos Domingos Trinta**

Dissertação orientada por:

Professor Doutor Rui Pedro Ribeiro Marques

Mestrado em Linguística

2016



## Agradecimentos

Quero, em primeiro lugar, expressar uma palavra de apreço ao Professor Doutor Rui Ribeiro Marques, meu orientador, pela confiança que teve em mim e neste projeto, pela sábia orientação, pelas sugestões, pelas correções e, sobretudo, pela força e inspiração que sempre me transmitiu. Quero agradecer também aos seguintes Professores Doutores da FLUL, pelos prestimosos apoios que me deram: Inês Duarte, Manuela Âmbar, Alina Villalva, Telmo Mória, Fernando Martins, Anabela Gonçalves, Madalena Colaço. Os meus agradecimentos estendem-se também aos funcionários dos Serviços Académicos da FLUL, pela simpatia e profissionalismo demonstrados.

Ao Governo provincial da Lunda Norte, por me ter concedido a licença a tempo integral para que pudesse formar-me e regressar à província. Ao Engenheiro Luís Kitamba que, em 2010/12, exerceu as funções de Diretor Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia da Lunda Norte, por me ter incentivado e permitido sair da província em busca da formação. Ao Professor Doutor Ima Panzo, minha fonte de inspiração, por me ter aberto as portas e mostrar o caminho da formação em Lisboa.

Agradeço também à minha reluzente família, pelos incansáveis apoios que sempre dela recebi: Santos Trinta, Carlito Júnior Trinta, Joaquina José Trinta “Nsimba”, Maria, Aida Trinta “Teté”, Zeferino António, Berta e Patrício Chicapue. Aos meus lindos filhos. Aos meus irmãos fraternais, André Kuntima Malufuene “Belommy” e Fernando César “Man Nando”, André Malufuene, Daniel César “FH”, Tony Yenga, Orlando Salgueira “Saculanda” e Ernesto dos Santos.

Aos meus amigos e colegas de formação: Dr. Agostinho A. Aurélio, Msc. Gildo Matias José, Doutor Hélder Baú e Msc. Alexandre Sakukuma, pela força e coragem que sempre me transmitiram. Msc. Edgar Jacob Essuvi, Msc. Eliseu Van-Dúnem “Dadloy”, Doutor Márcio Undolo, Dr. Zeca e Marieth. Aos inesquecíveis companheiros, Nelson Lopes “Assís” e Jordão Lopes, Tangua Passi “Tiagão”, Nicolau Bianco, José Pedro. Aos meus colegas da Rádio Lunda Norte: Amado Jorge, meu eterno professor de locução radiofónica, Cabo Dias Paulo, Dr. Ribeiro Wefo, Dr. Sapalo Chinguinheca, José Alberto Sucari, Benita Sabalo, Eduardo Leandro, Rita Filomena Mununga. Aos meus “putos” de casa “família Pt” em Lisboa, Dennis Carlos “Bebucho” e Manuel Júnior “DG”. E aos meus colegas de turma do curso de Mestrado da FLUL...

A todas as outras pessoas que, de uma forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste projeto e que não nomeei, o meu pedido de desculpa.

A todos, o meu muito obrigado!

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha iluminada mãe, Dona Firmina Kambundu e...

Aos meus lindos filhos!



## Índice

i.	Índice de quadros e de figuras ou gráficos -----	3
ii.	Abreviaturas -----	5
iii.	Resumo -----	6
iv.	Abstract -----	7
<b>0.</b>	<b>Introdução -----</b>	<b>8</b>
<b>1.</b>	<b>Capítulo I -----</b>	<b>10</b>
1.	Modo e distribuição do conjuntivo e indicativo em PE -----	10
1.1.	Modo em PE -----	10
1.1.2.	Marcas morfológicas -----	11
1.1.3.	Formas verbais do conjuntivo -----	11
1.2.	Distribuição do modo em PE -----	13
1.2.1.	Orações independentes e principais -----	13
1.2.2.	Orações subordinadas completivas -----	14
1.2.3.	Orações subordinadas relativas -----	16
1.2.4.	Orações subordinadas adverbiais -----	17
1.2.5.	Outros tipos de oração -----	20
<b>2.</b>	<b>Capítulo II: Discussão teórica -----</b>	<b>21</b>
<b>2.</b>	<b>Propostas de explicação da distribuição do conjuntivo e indicativo em PE ---</b>	<b>21</b>
2.1.	Gramáticas tradicionais -----	21
2.1.1.	Fonseca (1970) -----	23
2.1.2.	Faria (1974) -----	25
<b>2.2.</b>	<b>As hipóteses consideradas no presente trabalho -----</b>	<b>30</b>
2.2.1.	A hipótese dos graus de crença -----	30
2.2.2.	A hipótese da veridicidade relativizada -----	33
2.2.3.	A hipótese da relação entre modo e atitudes proposicionais -----	37
2.2.4.	Síntese das hipóteses de explicação -----	41

<b>3. Capítulo III: Metodologia da pesquisa</b> -----	44
3. A recolha de dados -----	44
3.1. A opção por um inquérito -----	44
3.2. Estrutura do inquérito -----	46
3.3. Aplicação do inquérito -----	55
3.4. Dificuldades durante a recolha dos dados -----	57
<b>4. Capítulo IV: Resultados (apresentação dos dados obtidos)</b> -----	58
4.1. Dados pessoais dos informantes -----	58
4.2. Resultados por província (distribuição dos dados por província) -----	59
4.2.1. Benguela -----	59
4.2.2. Huíla -----	63
4.2.3. Luanda -----	66
4.2.4. Lunda Norte -----	69
4.3. Resultados globais -----	72
<b>5. Capítulo V: Análise dos dados</b> -----	77
5.1. Orações imperativas -----	77
5.2. Orações declarativas não subordinadas -----	78
5.3. Orações completivas -----	80
5.4. Síntese -----	84
<b>6. Conclusões</b> -----	85
<b>7. Referências bibliográficas</b> -----	88
<b>Anexos</b> -----	volume separado

**i - Índice de quadros e de figuras ou gráficos**

Figura 1-----	40
Figura 2-----	42
Quadro 1-----	10
Quadro 2-----	11
Quadro 3-----	12
Quadro 4-----	12
Quadro 5-----	42
Quadro 6-----	47
Quadro 7-----	49
Quadro 8-----	52
Quadro 9-----	55
Quadro 10-----	56
Quadro 11-----	56
Quadro 12-----	56
Quadro 13-----	59
Quadro 14-----	60
Quadro 15-----	60
Quadro 16-----	61
Quadro 17-----	61
Quadro 18-----	61
Quadro 19-----	62
Quadro 20-----	62
Quadro 21-----	62
Quadro 22-----	63
Quadro 23-----	63
Quadro 24-----	64
Quadro 25-----	64
Quadro 26-----	64
Quadro 27-----	65
Quadro 28-----	65
Quadro 29-----	65
Quadro 30-----	66
Quadro 31-----	66
Quadro 32-----	67
Quadro 33-----	67
Quadro 34-----	67
Quadro 35-----	68
Quadro 36-----	68
Quadro 37-----	68
Quadro 38-----	69
Quadro 39-----	69
Quadro 40-----	70

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspectiva semântica.*

Quadro 41	70
Quadro 42	70
Quadro 43	71
Quadro 44	71
Quadro 45	71
Quadro 46	72
Quadro 47	72
Quadro 48	72
Quadro 49	75
Quadro 50	79
Quadro 51	80
Quadro 52	81
Quadro 53	81
Quadro 54	82
Quadro 55	83
Quadro 56	83
Quadro 57	84

## **ii - Lista de símbolos e abreviaturas**

AP = Angolan Portuguese

CLUL = Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

EP = European Portuguese

ESIIC = Ensino Secundário do IIº Ciclo

ES = Ensino superior

F = sexo feminino

FLUL = Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

GG = gramática generativa

L1 = primeira língua (língua materna)

L2 = língua segunda

LB = língua bantu

LN = língua nacional

LnB = língua não-bantu

M = sexo masculino

MPM = morfema de pessoa e número

MTM = morfema de tempo e modo

NEG = Operador de negação (não)

PA = português falado e escrito em Angola (português de Angola)

PB = português brasileiro

PE = português europeu

VT = vogal temática

### iii - Resumo

Com esta investigação, pretende-se compreender a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português usado em Angola (PA), procurando os fatores que subjazem à seleção de um modo em detrimento de outro. Inserindo-se a dissertação aqui apresentada no domínio da semântica, o estudo procura avaliar se fatores de natureza semântica apresentados na literatura como relevantes para explicar a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo em português europeu (PE) e noutras línguas são igualmente operativos em português de Angola. Espera-se que a presente dissertação possa contribuir não só para o conhecimento linguístico geral, mas também para o ensino do português em Angola.

A componente empírica desta dissertação é constituída por um inquérito, aplicado a informantes adultos residentes em quatro localidades de Angola. Este inquérito está dividido em duas partes: a primeira recolhe dados pessoais do informante e a segunda é formada por um questionário com 41 frases de diversa natureza sintática, com um espaço em branco que era solicitado aos informantes que preenchessem, flexionando o verbo que lhes era indicado, tendo em conta a sua intuição linguística.

A elaboração do inquérito foi feita de modo a poder testar quatro hipóteses, cada uma das quais correspondendo a uma explicação disponível na literatura para a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo em PE e/ou noutras línguas.

Feita a recolha dos dados, procedeu-se à sua análise e discussão, tendo-se concluído que nenhuma das hipóteses testadas se confirma taxativamente, embora os dados permitam observar tendências para a preferência por um modo ou por outro nalguns tipos de frase (o que sugere que o sistema do modo em português de Angola não é completamente caótico). Sumariamente, nalguns contextos sintáticos verifica-se a tendência para a seleção do mesmo modo que seria usado em PE, mas noutros contextos há evidentes variações na comparação do PA com o PE e em vários contextos os dados obtidos pelo inquérito mostram indefinição no modo preferencialmente usado em PA.

Com este trabalho, e dada a escassez de estudos e de recolha de dados do PA, espera-se contribuir para um maior conhecimento desta variedade do português.

**Palavras-chave: modo, indicativo, conjuntivo, português de Angola**

#### **iv - Abstract**

The aim of this research is to contribute to the understanding of how the indicative and subjunctive moods work in the spoken and written Angolan Portuguese (AP), by grasping what are the factors involved in the choice one or another mood in this variety of Portuguese. The domain of this dissertation relies under semantics. The purpose is to evaluate whether semantic explanations for the distribution of mood available in the literature and designed on the basis of data of European Portuguese (EP) and/or other languages can explain data of Angolan Portuguese. I hope that this dissertation may be a contribution to general aspects of linguistics, and also to the teaching the Portuguese language in Angola.

The empirical component of this research is supported by a survey with a questionnaire, which was applied to adults who live in four provinces of Angola. The survey is divided in two parts: the first one gathers the personal information of the informants, while the second one is a linguistic inquiry, compounded by 41 sentences with gaps to be filled in with a verb (presented in the infinitive form), by choosing either the indicative or the subjunctive mood, according to the own linguistic intuitions of the informants.

This linguistic inquiry allows the testing of four hypotheses, each one corresponding to an explanation given in literature for the distribution of the indicative and subjunctive moods in EP and/or other languages.

The analysis of the obtained data allows the conclusion that none of those four hypotheses clearly accounts for the data of Angolan Portuguese. However, some tendencies for the preference of one or another mood in some syntactic contexts can be observed (which suggests that the mood system in Angolan Portuguese is not chaotic). Briefly, in some syntactic contexts there is a similarity between AP and EP concerning the choice of mood, but in other contexts there are clear divergences between the two varieties of Portuguese, and in some contexts a clear indefiniteness is observed concerning the choice of mood in AP.

Given the lack of studies concerning the Portuguese of Angola, I hope that this dissertation can be a contribution to increase the knowledge of this variety of Portuguese.

**Keywords: Mood, Indicative, Subjunctive, Angolan Portuguese.**

## Introdução

A língua portuguesa falada em Angola “nasceu” há mais de cinco séculos, concretamente no século XV (1482/3), com a chegada dos primeiros mercadores portugueses à foz do Rio Zaire/Congo, no antigo Reino do Congo (que muito mais tarde viria a transformar-se em país, Angola). Aí, as línguas Bantu<sup>1</sup> entram em contacto com o português e, conseqüentemente, a língua portuguesa começa a sofrer alterações em função do contacto tido com as línguas locais. Daí que, nos dias de hoje, o português falado e escrito em Angola (doravante PA)<sup>2</sup> apresente marcas características. Atualmente, Angola conta com cerca de 25<sup>3</sup> milhões de habitantes e grande parte desta população tem o português como sua língua de comunicação (não implicando necessariamente ser L1 ou L2, apenas língua de comunicação). A partir de 1975, altura em que o país conquistou a sua independência, a 11 de novembro, o português passou a ser a língua oficial e língua veicular, assumindo a responsabilidade de um veículo para a unidade nacional, visto que Angola é um país constituído por várias tribos e cada uma delas tem uma ou mais línguas de comunicação.

O PA está ainda numa fase de formação como uma variedade autónoma e está muito incipientemente descrito. Uma das áreas em que se podem observar diferenças entre a variedade europeia do português e o PA é a que respeita aos modos indicativo e conjuntivo, o tema desta dissertação. Eventualmente, em PA o uso de um determinado modo pode estar dependente de diversos fatores, quer de natureza gramatical quer de cariz comunicativo ou pragmático, podendo mesmo a flexão em modo das formas verbais ser feita de uma forma aleatória, sem qualquer motivação aparente.

No que respeita ao português europeu (doravante PE), há várias obras que se ocuparam da questão do modo verbal, desde gramáticas tradicionais (Barbosa, (1822); Bechara (1999); Cunha e Cintra (1984)...) ou gramáticas mais recentes, como a *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus *et al.* (2003) ou a *Gramática do Português* de Raposo *et al.* (2013), a dissertações de Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento (cf., e.g., Fonseca (1970), Faria (1974), Marques (1995), Santos (2003)) ou ainda a trabalhos de outro tipo, como artigos científicos (cf., e.g., Marques (2008 e 2010a)). Os principais modos que têm sido estudados em PE são o indicativo e o conjuntivo, particularmente no que respeita a aproximações ao estudo do modo que têm em conta os valores semânticos e/ou pragmáticos associados ao modo.

Independentemente da divergência de explicações dos dados do PE, é consensual que nesta variedade do português a opção pelo indicativo ou pelo conjuntivo é condicionada pela estrutura sintática em que o verbo ocorre.

---

<sup>1</sup> Em Gulthrie (1948, *apud* Homburger (1957)) faz-se uma descrição linguística de África e atribui-se a nomenclatura de Bantu (que originalmente significa pessoas, equivalente a “línguas de pessoas”) ao grupo de línguas faladas no Centro e Sul da África Subsaariana.

<sup>2</sup> Uso a designação PA como sinopse, porque o Português de Angola formalmente ainda não existe, por isso o designo “português falado e escrito em Angola”.

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo INE (instituto nacional de estatística), resultantes do censo populacional realizado em 2014.

Com o presente trabalho, pretende-se averiguar se também em PA o uso dos modos indicativo e conjuntivo é regulado por fatores análogos aos que estão na base do sistema do modo em PE. Assim, partindo-se da descrição dos dados do PE e de propostas de explicação destes dados apresentadas na literatura, elaborou-se um questionário para recolha de dados do PA. A recolha destes dados permitirá contribuir para a clarificação das diferenças entre PA e PE no que respeita ao uso dos modos conjuntivo e indicativo e, idealmente, a análise dos dados contribuirá para averiguar se o sistema do modo em PA é ou não radicalmente diferente do PE e, se sim, quais os fatores responsáveis pelo uso de um ou de outro modo em PA.

A presente dissertação contém seis capítulos. No capítulo I, faz-se a apresentação dos contextos sintáticos em que os modos conjuntivo e indicativo ocorrem em PE, após o que, no capítulo II, se passa a uma abordagem teórica, na qual se apresentam várias explicações oferecidas na literatura para a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo em PE. O capítulo III ocupa-se da metodologia usada para a pesquisa que se levou a cabo, seguindo-se, no capítulo IV, a apresentação dos dados obtidos em campo. No capítulo V analisam-se os dados obtidos e no capítulo VI apresenta-se a conclusão.

Os anexos à presente dissertação são apresentados em volume independente.

## 1. Capítulo I: Modo e distribuição do conjuntivo e do indicativo em PE

Apresenta-se, neste capítulo, uma breve resenha dos modos da língua portuguesa e da distribuição do indicativo e do conjuntivo em PE.

### 1.1. O modo em PE

De acordo com Bennett (2002), o modo é uma das categorias em função das quais o verbo flexiona e, de acordo com alguns autores, codifica a atitude do falante:

*“mood is an inflectional category which may be an exponent of the semantically-defined concept of modality” Bennett (2002:140).*

O sistema morfológico do PE permite que num verbo se encontrem representadas as seguintes categorias: pessoa (1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> 3.<sup>a</sup>), número (singular, plural), tempo e modo (presente do indicativo, pretérito imperfeito do conjuntivo, etc.).

Relativamente aos tipos de modo existentes em PE, diferentes gramáticas desta língua identificam vários modos. A título exemplificativo, vejam-se os modos considerados nalgumas gramáticas de referência do português:

Barbosa (1822)	Indicativo, subjuntivo, imperativo e infinitivo.
Bechara (1999)	Indicativo, subjuntivo, condicional, optativo e imperativo.
Cunha e Cintra (1985)	Indicativo, conjuntivo e imperativo.
Mateus <i>et al.</i> (2003)	Indicativo, conjuntivo, imperativo e condicional, futuro (?) <sup>4</sup> .
Raposo <i>et al.</i> (2013)	Indicativo, conjuntivo, imperativo, condicional, infinitivo (?).

**Quadro 1:** Modos em português, de acordo com algumas gramáticas.

Independentemente da variação terminológica entre “subjuntivo” e “conjuntivo”, pode verificar-se, por exemplo, que na gramática de Bechara (1999) considera-se o modo “optativo”, que não figura nas outras gramáticas como um modo autónomo, ou que na gramática de Cunha e Cintra (1985) não se considera o modo condicional, ao contrário do que se verifica noutras gramáticas. Como se pode constatar, o conjuntivo (ou “subjuntivo”) e o indicativo são dois modos que as várias gramáticas do português identificam e, em termos de frequência de uso, são com certeza os dois modos mais usados (pelo menos em frases finitas).

<sup>4</sup> O sinal (?) indica que a gramática em causa levanta a hipótese de a forma indicada ser um modo, mas não o afirma categoricamente.

### 1.1.2. Marcas morfológicas de modo

Em línguas como o PE, que pertence ao grupo de línguas morfológicamente conhecidas como aglutinativas (cf. Andrade (2007), Mateus *et al* (2003)), as marcas de um dado modo são expressas através de um morfema sufixal, que varia de acordo com a natureza do verbo (se é da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> ou 4.<sup>a</sup> conjugação). Vejam-se alguns exemplos de verbos flexionados na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular do presente do indicativo e na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular do presente do conjuntivo<sup>5</sup>:

Verbo	Indicativo	Conjuntivo	Classe
Cozinhar	Cozinha	Cozinhe	1 <sup>a</sup> Conjugação
Estudar	Estuda	Estude	1 <sup>a</sup> Conjugação
Ceder	Cede	Ceda	2 <sup>a</sup> Conjugação
Ter	Tem	Tenha	2 <sup>a</sup> Conjugação
Descobrir	Descobre	Descubra	3 <sup>a</sup> Conjugação
Subir	Sobe	Suba	3 <sup>a</sup> Conjugação
Pôr	Põe	Ponha	4 <sup>a</sup> Conjugação
Supor	Supõe	Suponha	4 <sup>a</sup> Conjugação

**Quadro 2:** Verbos e marcas morfológicas

### 1.1.3. Formas verbais do conjuntivo

Tal como as categorias de pessoa e número são expressas por um único sufixo, também as categorias de tempo e modo são codificadas por um sufixo apenas. De facto, em português, as formas verbais têm a seguinte estrutura (a que se segue um exemplo com a flexão do verbo *falar*, da primeira conjugação, na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo):

Radical + VT (vogal temática) + MTM (morfema de tempo e modo) + MPN (morfema de pessoa e número)

*Fal + á + va + mos*

O radical é o morfema que veicula o valor lexical do verbo, seguindo-se a vogal temática, que indica se o verbo pertence à 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> ou 4.<sup>a</sup> conjugação, e os sufixos de tempo e modo e de pessoa e número.

No que respeita aos tempos verbais, o indicativo tem mais formas que o conjuntivo. Segue-se a indicação das mesmas, usando as suas designações tradicionais e apresentando-se para cada forma um exemplo do verbo *falar*:

<sup>5</sup> - Por sair do escopo do presente trabalho, não me vou debruçar sobre questões ligadas à morfologia. A esse respeito, veja-se, por exemplo, Villalva *et al.* (2003) ou Andrade (2007).

<b>Pretérito perfeito simples</b> <i>falei</i>	<b>Presente</b>  <i>falo</i>	<b>Futuro perfeito</b> <i>tereí falado</i>
<b>Pretérito imperfeito</b> <i>falava</i>		<b>Futuro imperfeito</b> <i>falarei</i>
<b>Pretérito mais-que-perfeito composto</b> <i>tinha falado</i>		
<b>Pretérito mais-que-perfeito simples</b> <i>falara</i>		<b>Futuro do pretérito</b> <i>falaria</i>

**Quadro 3:** tempos verbais do indicativo

<b>Pretérito perfeito (composto)</b> <i>tenha falado</i>	<b>Presente</b>  <i>fale</i>	<b>Futuro perfeito</b> <i>tiver falado</i>
<b>Pretérito imperfeito</b> <i>falasse</i>		<b>Futuro imperfeito</b> <i>falar</i>
<b>Pretérito mais-que-perfeito (composto)</b> <i>tivesse falado</i>		

**Quadro 4:** tempos verbais do conjuntivo

Os tempos verbais (do indicativo ou do conjuntivo) não são objeto de análise da presente dissertação, que terá em conta a oposição entre os modos conjuntivo e indicativo, independentemente do tempo verbal que ocorre em cada exemplo. Ou seja, a questão que se terá em conta é se, num determinado contexto sintático, é usada uma forma do indicativo ou uma forma do conjuntivo, independentemente do tempo verbal (*pretérito perfeito, futuro imperfeito, etc.*).

No que respeita ao PE, como se verá mais detalhadamente abaixo, nalguns contextos sintáticos o uso de um dos modos gera agramaticalidade, sendo necessário usar o outro modo, enquanto noutros contextos sintáticos ambos os modos são aceites, embora a opção por um ou por outro seja acompanhada por uma diferença de interpretação.

No que respeita ao PA, tanto quanto é do meu conhecimento, não existem estudos que descrevam a distribuição destes modos nesta variedade do português, uma questão que este trabalho pretende ajudar a clarificar.

## 1.2. A distribuição do modo em PE

Por conveniência de exposição, a distribuição do conjuntivo e do indicativo em PE é apresentada seguindo-se a classificação tradicional de orações.

A descrição dos contextos sintáticos em que, em PE, ocorre cada um dos modos é necessária para se compreenderem as explicações propostas na literatura para esta distribuição, tema que será considerado no capítulo seguinte.

### 1.2.1. Orações independentes e principais

Em orações independentes e principais, o indicativo é o modo que ocorre por defeito, sendo o conjuntivo usado nos seguintes tipos:

**A. Orações imperativas** – nos casos em que o modo imperativo é defetivo (ou seja, nos casos em que o verbo não flexiona na 2.<sup>a</sup> pessoa do singular ou do plural) e em todos os casos de frases imperativas negativas. Vejam-se os seguintes exemplos:

(7) Digam!

(8) Não digas / Não diga / Não digamos / Não digam.

**B. Expressões fixas ou semifixas** que indicam desejo, esperança ou noções associadas, e em frases, como (16), que expressam as mesmas noções:

(9) Deus queira!

(10) Assim seja!

(11) Diabos o levem!

(12) Bem-haja!

(13) Que se lixe!

(14) (que) Deus te abençoe!

(15) Valha-me Deus!

(16) Que sejas muito feliz!

**C. Orações com “talvez” ou “oxalá” em posição pré-verbal:**

(17) *Talvez* ele chegue hoje.

(18) *Oxalá* (que) ele chegue bem!

### 1.2.2. Orações subordinadas completivas

Em orações completivas finitas, a opção pelo indicativo ou conjuntivo é primariamente determinada pela expressão predicativa de que a oração é complemento. Ou seja, há verbos (e outras expressões predicativas) que exigem o conjuntivo na sua oração completiva se esta for finita, outros que exigem o indicativo e outros ainda que admitem um ou outro modo. Por outras palavras, como é observado pelas gramáticas tradicionais, há verbos regentes de indicativo e outros que são regentes de conjuntivo, devendo acrescentar-se que o mesmo se verifica com outras expressões predicativas, além dos verbos, como nomes e adjetivos de complementação frásica (e.g., *certeza, possibilidade, esperança, obrigação, ciente, desejoso*, etc.). Seguem-se listas (não exaustivas, retiradas de Marques (1995)) de verbos de cada uma destas classes, bem como alguns exemplos ilustrativos:

#### i - Verbos que selecionam o conjuntivo:

*aborrecer, aconselhar, admirar, agradecer, aguardar, ansiar, apetecer, apreciar, atrapalhar, assustar, autorizar, bastar, causar, censurar, chatear, chocar, comover, consentir, convir, duvidar, envergonhar, espantar, esperar, estranhar, evitar, exigir, gostar, impedir, implicar, incomodar, lamentar, lastimar, mandar, motivar, negar, ordenar, permitir, preferir, preocupar, pretender, procurar, proibir, querer, recear, recomendar, requerer, revoltar, rogar, solicitar, sugerir, suplicar, surpreender, temer, ...*

- (19) *Lamento* que tenha perdido o jogo.
- (20) *Evite* que aconteça o pior.
- (21) *Ordenei* que ela deixasse a minha casa.
- (22) A mãe *proibiu* que a filha sáísse de casa.
- (23) O pai *sugeriu* que a filha tirasse um curso técnico.
- (24) A médica *teme* que aconteça um imprevisto.

#### ii - Verbos que selecionam o indicativo

*achar, acontecer, crescer, adivinhar, advogar, afirmar, ameaçar, anotar, antever, anunciar, aperceber-se, apostar, apregoar, assegurar, asserir, assinalar, avisar, clamar, combinar, compreender, concluir, confessar, confirmar, considerar, constatar, constatar, deliberar, demonstrar, descobrir, dizer, esclarecer, esquecer, estabelecer, explicar, fingir, frisar, garantir, ignorar, indicar, inferir, informar, jurar, lembrar, mencionar, murmurar, notar, observar, parecer, perceber, pressentir, proclamar, prometer, reclamar, reconhecer, recordar, referir, reparar, replicar, responder, revelar, saber, sentir, significar, sonhar, ver, verificar etc...*

- (25) O técnico *esclareceu* que não tem qualquer problema com o jogador em causa.

- (26) Ele *acha* que foi boa ideia.  
 (27) A inspeção *concluiu* que não houve um culpado.  
 (28) O professor *disse* que está em condições de assumir a direção da escola.  
 (29) O diretor da escola *afirmou* que vai demitir-se do cargo.  
 (30) A ministra das finanças *garantiu* que há dinheiro para a quadra festiva.

**iii Verbos que aceitam o conjuntivo e o indicativo** na sua oração completiva:  
*acreditar, admitir, assumir, calcular, certificar, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar*

- (31) ela *admite* que é / seja eleita como deputada, se concorrer  
 (32) a Ana *presume* que é / seja possível ganhar o jogo  
 (33) *acredito* que a Ana chega / chegue hoje  
 (34) vamos *assumir* que foi / tenha sido ele o autor do crime  
 (35) a Maria *julga* que foi / tenha sido a Ana que invadiu a casa  
 (36) *presumo* que ele chega / chegue à tarde

Em frases com o verbo copulativo *ser* e uma oração finita na posição de sujeito, verifica-se também que, com alguns nomes ou adjetivos em posição predicativa, é obrigatório o conjuntivo na oração sujeito<sup>6</sup> e com outros é o indicativo que é obrigatório:

- (37) *é* {pena / bom / normal / ...} que \*há / haja ainda muitas dúvidas  
 (38) *é* {importante / fundamental / preciso / ...} que o trabalho \*é / seja bem planificado  
 (39) *é* {possível / provável / admissível / ...} que ele \*chega / chegue bem  
 (40) *é* {certo / verdade / óbvio / ...} que a Ana chega / \*chegue hoje

Os casos em que o conjuntivo é selecionado por uma expressão predicativa são frequentemente designados na literatura por casos de “*intencional subjunctive*” ou “*lexically selected subjunctive*” (cf., e.g., Quer (1998)...). Noutros casos, verifica-se que a presença do conjuntivo é legitimada por fatores como a negação ou o tempo, falando-se então de “*polarity subjunctive*”. No que respeita ao PE, pode-se observar a interferência do tempo da frase matriz e da negação em orações completivas de alguns verbos, como

<sup>6</sup> De notar que os advérbios de frase correspondentes a estas expressões predicativas não levam à seleção do conjuntivo: {*provavelmente / lamentavelmente / ...*} *ainda há* (/ *\*haja*) *doentes em risco*.

*pensar* ou *prometer*, por exemplo. De facto, no que respeita à influência do tempo da frase matriz, como mostram os exemplos em (41) e (42), se o verbo da frase matriz flexionar no pretérito perfeito do indicativo, é tão natural o uso na oração completiva do indicativo como do conjuntivo, mas se o mesmo verbo flexionar no presente do indicativo, a opção pelo conjuntivo na oração completiva é (ou pelo menos pode ser) sentida como estranha ou estilisticamente marcada:

- (41) a. Pensei que ele trabalhava na Sonangol.  
 b. Pensei que ele trabalhasse na Sonangol.
- (42) a. Penso que ele trabalha na Sonangol.  
 b. ?Penso que ele trabalhe na Sonangol.

Quanto à influência da negação na seleção do modo na oração completiva, vejam-se os seguintes os exemplos:

- (43) a. prometo que chego / \*chegue a horas  
 b. Não prometo que chego / chegue a horas (, mas vou tentar).

### 1.2.3. Orações subordinadas relativas

Em orações relativas explicativas (ou apositivas), ocorre o indicativo, mas não o conjuntivo, a menos que, tal como em frases não subordinadas, seja legitimado por *talvez* ou *oxalá*:

- (44) todos os alunos, que resolveram / \*tiverem resolvido o trabalho de casa, serão recompensados
- (45) um dos estudantes, que talvez conheças, veio falar comigo
- (46) ele vai estar fora vários meses, que oxalá sejam proveitosos

Em orações relativas restritivas, pode ocorrer o indicativo ou o conjuntivo, mas a interpretação do sintagma nominal relativizado é diferente consoante na oração relativa ocorra o indicativo ou o conjuntivo. Tradicionalmente, quer para o português quer para outras línguas, é assumido que o indicativo na oração relativa indica que as entidades referidas pelo sintagma nominal com oração relativa existem, enquanto uma oração relativa com conjuntivo não indica que as entidades em causa existam de facto no mundo real (cf., e.g., Oliveira (2003), Giannakidou (2013)):

- (47) Ele está à procura de um jornalista que já falou com o Presidente da Coreia do Norte. (Eu conheço-o.)
- (48) Ele está à procura de um jornalista que tenha falado com o Presidente da Coreia do Norte. (Será que há algum?).

No entanto, como foi observado por vários autores (cf., entre outros, Brito 1991, Mória 1992, Ferreira 2007) algumas orações relativas sem antecedente expresso têm o verbo no conjuntivo, mas é veiculada a informação de que as entidades em causa existem:

(49) Já tenho quem me ajude.

(50) Há quem goste de caracóis.

Em Marques 2013 é observado que o uso do indicativo ou do conjuntivo em orações relativas em português está relacionado com a capacidade referencial do sintagma nominal relativizado. Simplificadamente, ao usar o indicativo o falante indica que as entidades referidas existem e que ele tem capacidade para as identificar (cf. (51)), enquanto que o conjuntivo é usado nos casos em que o falante indica que as entidades em causa não existem (cf. (52)), podem existir ou não (cf. (53)), ou existem, mas o falante não as identifica (cf. 54)):

(51) a. Ganhou a equipa que foi mais ofensiva.  
b. Há vários livros que tratam deste assunto.

(52) a. Nesta biblioteca, não há o único livro que trate deste assunto.  
b. Ele não tem quem o ajude.

(53) a. A mulher que casar com o Paulo tem de ter muita paciência.  
b. Haverá poucas pessoas que consigam decifrar esse enigma.

(54) a. Ele tem quem o ajude.  
b. Mesmo assim, houve quem votasse contra.

#### 1.2.4. Orações subordinadas adverbiais

Em orações subordinadas adverbiais, o conjuntivo, mas não o indicativo, ocorre em orações concessivas, quer concessivas “puras”, como (55), quer “incondicionais” (cf. Zaefferer (1991) ou Peres *et al.* (1999)) ou “condicionais concessivas” (cf. König (1986)), como (56) ou (57), e em orações finais, como (58):

(55) *Embora* seja domingo, o Paulo está a trabalhar.

(56) *Ainda que* chova, o Paulo vem.

(57) *Mesmo que* faça sol, o Paulo vem.

(58) O prazo foi alargado *para que* todos tivessem oportunidade de participar.

Em orações subordinadas adverbiais temporais, verifica-se que alguns conectores temporais podem introduzir uma oração no conjuntivo, mas não no indicativo (cf. (59) e (60)). Já conectores como *desde* tem o comportamento inverso (i.e., a frase que introduz pode ter o verbo flexionado no indicativo, mas não no conjuntivo)<sup>7</sup>, como mostra (61), e outros conectores podem ter no seu escopo uma oração com conjuntivo ou com indicativo (cf. (62), (63) e (64)):

- (59) a. os assaltantes fugiram *antes* que a polícia chegasse / \*chegou  
b. entra *antes* que comece / \*começa a chover
- (60) a. ele esperou *até* que fosse / \*era noite  
b. espera *até* que seja / \*é noite
- (61) ele está a dormir *desde* que cheguei / (eu) \*tenha chegado
- (62) a. ela sai *quando* o seu colega chegar / \*chega  
b. ela saiu *quando* o seu colega chegou / \*tiver chegado
- (63) a. *Quando* chover, esta rua fica intransitável.  
b. *Quando* chove, esta rua fica intransitável.
- (64) a. chama-me *sempre* que precisares / \*precisas  
b. chamaste-me *sempre* que precisaste / \*tiveres precisado

Como mostram os exemplos (59) - (64), nos tipos de oração temporal em que pode ocorrer quer o conjuntivo quer o indicativo, o primeiro destes modos é usado quando a oração temporal tem referência temporal futura em relação ao tempo de enunciação (cf. (59a), (60a) e (64a)), enquanto o indicativo ocorre nos casos de referência temporal passada (cf. (62b) e (63b) ou genérica (cf. (64b)).

Em orações subordinadas adverbiais condicionais, com a conjunção *se* pode ocorrer quer o conjuntivo quer o indicativo:

- (65) Se a Ana estivesse em casa, teria atendido o telefone.  
(66) Se a Ana estiver em casa, atende o telefone.  
(67) Se a Ana está em casa, (então) está doente.

Em orações subordinadas adverbiais causais, ocorre o indicativo, mas não o conjuntivo, a menos que este seja legitimado pela negação ou por outro operador com escopo sobre a conjunção causal, como *talvez*:

<sup>7</sup> *Desde* pode introduzir uma oração no conjuntivo, mas a conjunção é bicondicional (cf. Peres *et al.* 1999) e não temporal: *podem fazer a festa aqui, desde que não incomodem os vizinhos.*

(68) A Ana ficou em casa, porque está doente.

(69) A Ana ficou em casa, não porque estivesse doente, mas porque tinha o dia de folga.

(70) A Ana ficou em casa, talvez porque estivesse doente.

Finalmente, tendo em conta a tipologia tradicional de orações subordinadas adverbiais, há a considerar as orações consecutivas e as orações comparativas (embora a classificação destes tipos de oração como subordinadas adverbiais seja refutada pela literatura especializada). Num e noutro tipo de oração, o modo mais natural é o indicativo, como mostram os seguintes exemplos:

(71) ele está tão concentrado na leitura que nem ouve / \*ouça

(72) há muito mais petróleo do que se pensava / \*/??pensasse

No entanto, em orações consecutivas, tal como noutros casos observados acima, o conjuntivo pode também ocorrer nestas construções se for legitimado pela negação ou por um operador como *talvez*:

(73) ele não está tão concentrado na leitura que nem \*ouve / ouça

(74) talvez ele esteja tão concentrado na leitura que nem \*ouve / ouça

Em orações comparativas, o conjuntivo é também aceitável se a oração subordinada tiver um valor modal:

(75) há muito mais petróleo do que se podia / pudesse pensar

Além disso, como observado por exemplo por Cunha e Cintra (1985), o conjuntivo ocorre em orações consecutivas «que exprimem uma conceção, um fim a que se pretende chegar e não a uma realidade» (Cunha e Cintra, 1985:333):

(76) Perguntou rudemente, de longe, interrompendo a marcha de modo que ela pudesse chegar até junto dele.

Os exemplos que se seguem são também apresentados por Cunha e Cintra, como casos em que o conjuntivo ocorre em orações comparativas, embora defensável que se trata de construções condicionais com elipse do verbo antes da conjunção *se*:

(77) As pernas tremiam-me *como se* todos os nervos me estivessem golpeados.

(78) Ele gritava tanto *como se* fosse um maluco.

### 1.2.5. Outros tipos de oração

Em orações introduzidas pelo operador de negação *sem*, ocorre o conjuntivo, mas não o indicativo:

(79) o António tomou essa decisão sem que tivesse consultado / \*consultou os seus parceiros

Em orações coordenadas, a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo é idêntica à que se verifica em orações independentes e principais, mas o conjuntivo pode ocorrer em orações coordenadas em que a oração não é apresentada como descrevendo um facto. Vejam-se os seguintes exemplos, retirados de Marques 1995:

(80) Saio chova ou faça sol.

(81) Saio quer chova quer faça sol.

(82) Ou porque a achasse pouco necessária ou porque o preço fosse proibitivo, o governo cancelou a obra.

Feita a descrição dos contextos de ocorrência do conjuntivo e do indicativo, caberá no capítulo que se segue, apresentar algumas propostas de explicação desta distribuição dos dois modos.

## Capítulo II: Discussão teórica

### 2. Propostas de explicação da distribuição do conjuntivo e do indicativo em PE

Os modos conjuntivo e indicativo têm sido alvo de variados estudos relativos quer ao PE quer a outras línguas. A análise da distribuição destes dois modos e as explicações que aqui se apresentam integram a informação que se encontra em gramáticas do português, quer “gramáticas tradicionais”, de que são exemplos Barbosa (1822) ou Bechara (1999), entre outras, quer gramáticas mais recentes, concretamente a *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus *et al.* (2003) e a *Gramática do Português* de Raposo *et al.* (2013)<sup>8</sup>. Para além de gramáticas do português, são, naturalmente, tidos em conta também trabalhos de outro tipo que exploram explicações de natureza semântica (e/ou pragmática) para a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo. Embora o foco se situe no português, serão também consideradas propostas feitas para outras línguas.

A bibliografia consultada evidencia que o conjuntivo tem merecido atenção particular, contrariamente ao indicativo, que é apresentado como o modo “normal”, que ocorre por defeito. Isto é, a visão mais comum é a de que o conjuntivo marca valores particulares, ocorrendo, portanto, em contextos específicos, enquanto o indicativo é o modo usado por defeito, sempre que não se esteja perante um valor assinalado pelo conjuntivo. Assim, as abordagens explicativas centram-se mais no conjuntivo que no indicativo.

Como ficou dito, as explicações que se consideram são de natureza semântica. Ou seja, são explicações que assumem que a seleção de um modo em detrimento de outro está associada a determinados valores semânticos.

#### 2.1. Gramáticas tradicionais

As explicações que se encontram nas gramáticas tradicionais (*cf.*, e.g., Barbosa, (1822); Bechara (1999); Cunha e Cintra (1985)) baseiam-se na assunção de que o fator relevante para a seleção de modo é o valor de verdade da proposição, sendo o indicativo o modo usado em frases que descrevem factos da realidade, como em (83), ao passo que o conjuntivo é associado às proposições que descrevem dúvida, incerteza ou outro tipo de valor associado à irrealidade, como em (84). Por outras palavras, segundo esta perspetiva, a oposição morfológica entre indicativo e conjuntivo reflete a oposição semântica entre *realis* e *irrealis*<sup>9</sup>. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (83) a. Eu *disse* que estudar é bom.  
 b. O Carlos *confirma* que estudar é bom.

<sup>8</sup> Para a primeira destas gramáticas, *cf.* o capítulo “modalidade e modo”, da autoria de Fátima Oliveira; para a segunda, *cf.* o capítulo “O Modo”, da autoria de Rui Marques.

<sup>9</sup> Os termos *realis* e *irrealis* têm sido usados na literatura no sentido em que *realis* corresponde à realidade e *irrealis* à irrealidade. Contudo, Palmer (1986) considera que os termos são inadequados, observando que um facto pode ser um evento factual ou um evento não factual (hipotético).

- (84) a. *Duvido* que o Carlos goste de estudar.  
 b. *Espero* que essa formação dê bons resultados.

Em (83a) e (83b) o indicativo ocorre na oração complemento dos verbos da frase matriz, respetivamente *dizer* e *confirmar* e a sua proposição é assumida como verdadeira pelo falante. Já nos exemplos de (84) é o conjuntivo o modo que ocorre na oração completiva, já que os verbos da frase matriz *duvidar* e *esperar* não indicam que a proposição que introduzem é tida como verdadeira, ou como descrevendo um facto da realidade (cf. Cunha e Cintra (1985)).

Contudo, é de realçar que esta perspetiva de análise tem sido colocada de parte pela literatura de especialidade (Marques, 2008, 2010 e Jesus 2014 são dois desses exemplos), pelo facto de se mostrar parcialmente desajustada relativamente à descrição das ocorrências do modo que apresentasse verificam em PE.

Para mostrar o desajuste patente nas análises das gramáticas tradicionais pode destacar-se que os verbos declarativos, como *dizer* e *afirmar* são regentes do indicativo (cf. (85), abaixo). A sua oração complemento é apresentada como verdadeira pelo enunciador mas isso não implica necessariamente que descreva a realidade.

- (85) a. O Carlos *disse* que o Adão foi à escola.  
 b. O Carlos *afirma* que o Adão veio à escola.

A ideia de que a seleção dos modos indicativo e conjuntivo deve ser vista através das noções *realis/irrealis* pode igualmente ser refutada por frases como (86), com os verbos *sonhar* ou *fingir*, que são responsáveis pela seleção do indicativo, mas cuja proposição complemento obviamente não descreve a realidade.

- (86) a. A Ana *sonhou* que era professora.  
 b. A Ana *fingiu* que estava morta.

Além disso, há ainda a referir que esta proposta não dá conta do facto de verbos como *lamentar* selecionarem o conjuntivo na sua oração complemento, apesar de a proposição por eles introduzidas ser tida como verdadeira. Veja-se o seguinte exemplo:

- (87) *Lamento* que tenhas chegado atrasado.

Em suma, os dados em (85), (86) e (87) não sustentam a ideia defendida nas gramáticas tradicionais de que a alternância entre indicativo e conjuntivo é explicada exclusivamente pela oposição entre descrição da realidade ou não.

### 2.1.1. Fonseca (1970)

Um trabalho pioneiro sobre o conjuntivo em PE é o de Fonseca (1970). A descrição que a autora faz sobre os modos em PE baseia-se, em primeira instância, na separação de todos os modos, isolando o conjuntivo. Desta forma, Fonseca procura saber se o conjuntivo tem realmente um valor semântico próprio, que o caracteriza no conjunto dos modos e, se sim, qual será esse valor. Nesta linha de pensamento, antes de chegar a uma conclusão e atribuir um valor semântico ao conjuntivo, Fonseca afirma que:

- a) Em orações subordinadas completivas, dependentes de verbos ou também de algumas expressões gramaticais que indicam ou tenham o significado de “ordem”, “proibição”, “exortação”, “permissão” ou “desejo”, ou ainda em orações independentes que podem ser interpretadas como subordinadas, introduzidas por verbos correspondentes às expressões acima mencionadas, (verbos como *ordenar*, *proibir*, *exortar*, *permitir*, *desejar*), ainda que não realizados lexicalmente, o conjuntivo pode ter o valor optativo;
- b) Em ligação com expressão de emoções (como na frase (85)), o conjuntivo tem apenas a tarefa de estabelecer uma função sintática de dependência que não tem nada a ver com qualquer valor de modo propriamente dito. Em abono desta observação, observe-se a frase (86), em que a informação semântica veiculada é a mesma que na frase (85), mas em que ocorre o indicativo, não existindo a mesma relação sintática de dependência que existe em (86):

(85) É bom que estejas aqui.

(86) Estás aqui, é bom.

Não obstante, nestes dois casos, pode existir uma diferença de significado entre as duas frases. A primeira frase pode ser enunciada pelo falante em situações em que precise de dar uma recomendação ou um aviso (tendo a frase valor imperativo), já a segunda só pode ter a leitura declarativa. Esta diferença é mais evidente em exemplos como os que se seguem:

(87) É bom que estejas aqui amanhã às 11.00h!

(88) Estás aqui amanhã às 11.00h; (isso) é bom!

A enunciação de (87) corresponde a um ato de fala diretivo (a enunciação expressa um aviso, uma ordem, etc.), enquanto ao enunciar (88) o falante assume que já está estabelecido que o interlocutor estará no local em questão no dia seguinte às 11.00h e comenta que esse facto lhe agrada. Analogamente, as construções (85) e (86) podem ter o mesmo tipo de interpretação que (87) e (88), respetivamente, embora quer (85) quer (86) possa também ter a leitura de que “estares aqui” é um facto que o enunciador classifica como positivo (usando o predicado “ser bom”).

- c) Em contextos em que o modo esteja ligado a valores de carácter intelectual, a alternância entre indicativo e conjuntivo é fundamentada através da oposição entre realidade, por um lado e irrealidade ou potencialidade, por outro, sendo que o indicativo corresponde à noção “realidade” e o conjuntivo às outras duas noções;
- d) É de rejeitar a hipótese de que, no estado atual da língua, exista um traço comum aos três valores (identificados em (a), (b) e (c)) que o conjuntivo pode assumir.

Em síntese, a autora assume que o conjuntivo é um modo que vem assumindo funções antes não lhe eram atribuídas; ou seja, há fortes vestígios de que os valores modais que o conjuntivo possui podem ter vindos apenas do único valor básico:

*“...o conjuntivo começou por estar vinculado pelo seu significado modal, à expressão de situações reais de dependência; depois generalizou-se o seu uso como expressão da dependência linguística que pode ou não corresponder a uma dependência real ou lógica. Porém, nos casos em que corresponde, conservar-se, em maior grau ou menor grau, o seu valor modal, tendo, portanto, o conjuntivo conteúdo significativo; nos casos em que não corresponde, é uma mera forma, esvaziada de conteúdo que exprime uma relação sintática de dependência”, (Fonseca, 1970:164, apud Marques, 1995).*

Uma questão que se pode levantar à análise de Fonseca (1970) é relativa aos casos em, segundo a autora, o conjuntivo está ligado apenas a dependência sintática, não veiculando qualquer valor semântico. Pode-se perguntar por que razão o conjuntivo passou a ser usado para expressar meramente dependência sintática em casos ligados à expressão de emoções (como no exemplo (85), acima) e não também noutros casos. Veja-se que a equivalência que a autora observa entre (85) e (86) é paralela à que se observa em casos como os seguintes, em que ocorre o indicativo e não o conjuntivo:

- (89) É óbvio que o Luís não viu o filme!
- (90) O Luís não viu o filme, é óbvio!

Uma outra questão é relativa aos casos em que o modo está associado a valores de “carácter intelectual”. Parece aceitável que o contexto criado por verbos como “imaginar” ou “sonhar” esteja também ligado a “valores de carácter intelectual”. Como, além disso, a oração completiva destes verbos não descreve a realidade, o valor expresso será de irrealidade ou potencialidade. No entanto, o modo usado na oração completiva destes verbos é o indicativo e não o conjuntivo. Logo, construções com este tipo de verbos são problemáticas para a análise de Fonseca (1970), que aceita que, mesmo que apenas nalguns casos (cf. alínea (c), acima), a oposição indicativo/conjuntivo está associada à oposição realidade / não realidade.

### 2.1.2. Faria (1974)

Faria (1974) rejeita a hipótese de conjuntivo independente, como no exemplo clássico apresentado em Cunha e Cintra (1985) “*chovam hinos de glória na tua alma*”. A autora argumenta que, em línguas como o PE, essa hipótese não explicaria a seleção do conjuntivo em orações simples ou noutras estruturas não subordinadas. Na base da rejeição dessa hipótese, está presente a proposta da autora, inspirada num modelo teórico de gramática generativa-transformacional (GG), segundo a qual as orações principais em que ocorra o conjuntivo são, na verdade, construções que são resultantes de uma estrutura profunda em que existiria uma expressão verbal que motiva a sua seleção. Tal expressão pode ser um verbo “declarativo de ordem”, como *ordenar, estabelecer, determinar, mandar*, etc., verbo este que pode ser realizado ou não realizado em estrutura de superfície, obtendo-se, respetivamente, uma construção de “conjuntivo independente” ou uma estrutura de complementação verbal. De acordo com a autora em destaque, a seleção do conjuntivo nessas estruturas deve-se a motivos de natureza temporal, pelo facto de que “existem dois tempos na declaração de uma ordem: o primeiro é o presente ou o momento da enunciação, que é o verdadeiro tempo da declaração propriamente dito; e o segundo, tem a ver com a ordem (ou a sua execução) que, normalmente se realiza *a posteriori*, isto é, no futuro”, Faria (1974:26).

De acordo com esta proposta, o conjuntivo nunca ocorre de forma isolada, ainda que surja em contexto de aparente independência (sintática). O conjuntivo será um modo que vai depender sempre de expressões gramaticais com valor semântico próprio:

*“Quando o conjuntivo não depende de restrições impostas pelos verbos das estruturas superiores (coordenadas ou principais), de qualquer das formas, o modo depende de elementos ou expressões a que pertence ou introduzidos na frase, podendo ser ou elemento “tempo” ou elemento de negação frásica “não” (Operador NEG)”* (Faria 1974 *apud* Marques 1995).

A autora fundamenta a convicção de que o conjuntivo é sempre um modo dependente de um valor mais alto na estrutura sintática na análise de diferentes construções. Em construções de “conjuntivo independente”, como no exemplo já referido “*chovam hinos de glória na tua alma*”, a autora defende, como se viu, existir um verbo superior, não realizado lexicalmente. Outros casos de conjuntivo que a autora analisa são exemplificados pelas seguintes construções, em qualquer das quais o conjuntivo ocorre em orações não assumidas como verdadeiras: e.g “quer chova quer faça sol, saio”.

(91) Custe o que custar, eu vou conseguir.

(92) Ordeno que pares de bater com a cabeça na parede.

Mais detalhadamente, Faria (1974) analisa os seguintes contextos em que o conjuntivo ocorre:

- 1- **Casos de disjunção inclusiva** – Faria (1979) considera disjuntivas inclusivas aquelas construções que, na sua denotação, envolvem um conjunto preenchível por dois elementos que se opõem. São exemplos as construções (93a) e (93b):

- (93) a. Quer chova quer faça sol, *saio* sem problemas.  
 b. Queiras ou não queiras, *saio*.

Por contraste com estes exemplos, em construções que expressam disjunção inclusiva, como as que se seguem, é o indicativo o modo que ocorre:

- (94) a Chove ou não chove, mas/e *saio* sem problemas.  
 b. Quer ou não quer, mas/e *saio* sem problemas.

Para exemplos como os de (94), a autora propõe que a razão que está na base da seleção do indicativo se deve a que a estrutura disjuntiva e a oração principal (respetivamente, “chove ou não chove” e “saio sem problemas”) são independentes uma da outra, contrariamente ao que se verifica em estruturas como (93). Esta posição é fundamentada pela observação de que em estruturas como (94) existe dependência temporal entre a estrutura disjuntiva e a oração principal, enquanto em estruturas como (95) há independência temporal:

- (95) Chove ou não chove mas/e *saí* sem problemas.  
 (96) \*quer chova quer faça sol, *saí* sem problemas.

A agramaticalidade de (96) deve-se, segundo Faria (1974), ao facto de haver uma incompatibilidade de natureza temporal entre a estrutura disjuntiva e a forma verbal com indicativo “saí”. Assim, Faria propõe que frases como (93) estão sob escopo de um operador de tempo (no caso, futuro) que legitima os tempos verbais presente ou futuro, mas não o pretérito perfeito, como se observa em (96). Com base nestes dados, a autora assume que a seleção do conjuntivo, nestas construções, está fortemente dependente do fator *tempo*, sendo que a concordância temporal entre as duas estruturas deve ser respeitada.

Esta proposta parece ser questionável quando se consideram frases como (97):

- (97) Quer tenhas telefonado à Ana quer não tenhas, amanhã encontro-me com ela.

Como mostra esta construção, não é necessário haver concordância temporal entre a frase principal e a que expressa uma disjunção e tem conjuntivo. Neste exemplo há disparidade temporal, do mesmo modo que em construções como (94) ou (95), com indicativo.

- 2- **Disjuntivas exclusivas** – em construções como as que se seguem, que Faria (1974) designa de “disjuntivas exclusivas”, a autora observa que estas frases apresentam menos disparidades no que respeita à variação de modo e restrições temporais. Considera a autora as seguintes disjuntivas exclusivas:

(98) Diga-se o que se quiser, o João sempre foi honesto.

(99) Custe o que custar, ela há-de acabar por convencer-me.

(100) Doa a quem doer, ela diz sempre o que tem a dizer.

(101) Ele inventou fosse o que fosse para se safar.

Para dar conta do conjuntivo nas formas sublinhadas nestes exemplos, a autora propõe que estas construções são modificadas por um modal potencial. Se este operador modal for atualizado na estrutura de superfície, corresponderá ao verbo modal “*poder*”. Caso aconteça o contrário, ocorrerá o conjuntivo na estrutura de superfície.

3- **Quantificação nominal** – as frases com um quantificador nominal que Faria (1970) analisa têm diferentes formas. Seguem-se alguns exemplos. Em todos os casos é o conjuntivo o modo que ocorre na frase relativa:

(102) a. Não há um único polícia que se revolte contra a violência.

b. Há *pouca* gente que saiba ouvir boa música.

c. Se houver um sítio onde se esteja / possa estar confortável, sou mulher para ir.

d. Já viste *alguém* que seja / possa ser tão duro de roer?

Para estas construções, Faria propõe que será o valor negativo das frases (admitindo-se a hipótese de um operador de negação na estrutura profunda) ou a presença de um operador modal de potencialidade o fator responsável pela seleção do conjuntivo.

4- **Declarações de ordem** – para este tipo de estruturas, a autora apresenta exemplos como (105):

(105) *Ordeno-te* que pares de bater com a cabeça nas paredes.

À semelhança do que propõe para outras estruturas acima abordadas, Faria defende que também em construções como (105) a razão para a seleção do conjuntivo deve-se igualmente ao fator tempo. O verbo superior impõe restrições ao tempo verbal da oração subordinada, sendo que o tempo da locução (i.e., o tempo em que se expressa a ordem) é anterior em relação ao tempo da realização do evento descrito pela oração subordinada.

5- **Completivas de verbos de asserção mental** – para além de construções completivas de verbos como *ordenar*, Faria (1970) considera orações completivas dos seguintes tipos de verbos:

a)- **Verbos declarativos de ordem** (médio e fracos). Faria (1970) considera nesta classe “verbos declarativos de ordem (médios e fracos) e de asserção mental”, dando

como exemplos *exigir, querer, desejar, esperar, pretender*, entre outros, que, como a autora observa, selecionam o conjuntivo:

(106) a). A ONU *exige* que haja um cessar-fogo na Síria.

b). \*A ONU *exige* que há um cessar fogo na Síria.

**b)- Verbos de asserção mental médios:** *admitir, aprovar, censurar, lamentar, preferir, rezear, recusar, suportar etc.*

À semelhança do grupo de verbos declarativos de ordem estes verbos só ocorrem com o conjuntivo:

(107) Ele recusou que fosse nomeado para um novo cargo.

(108) Admitiu que tivesse cometido uma falha.

**c)- Verbos de asserção mental fracos:** *acreditar, assumir, admitir, imaginar, supor, etc.*

Os verbos deste grupo têm uma particularidade que os distinguem dos verbos acima considerados. Como a autora observa, estes verbos aceitam quer o conjuntivo quer o indicativo:

(109) a). A Maria *acredita* que o sabonete é a causa da alergia.

b). A Maria *acredita* que o sabonete seja a causa da alergia.

Segundo Faria (1974), as duas frases são gramaticais. Contudo, como a autora observa, a interpretação das frases com conjuntivo, como (109a), não é equivalente à das suas correspondentes com indicativo, como (109b). De facto, com o indicativo, indica-se que a entidade referida pelo sujeito da frase matriz (a Maria, nos exemplos de (109)) assume a verdade da frase complemento, ao passo que, com o conjuntivo, o sujeito da frase superior assume apenas um potencial de verdade da frase complemento. Faria (1970) alarga mais ainda a explicitação da dicotomia existente entre o indicativo e o conjuntivo, afirmando que a frase (109a) pode ser parafraseada por “o sabonete é a causa da alergia e a Maria acredita nisso”, já a frase (109b) pode ser parafraseada por “o sabonete pode ser a causa da alergia e a Maria acredita nisso”. Portanto, a maior diferença entre ambas as frases consiste na verdade da proposição veiculada, sendo que na frase (109a) a proposição complemento é dada como verdadeira, contrariamente à proposição complemento na frase (109b).

a) **Verbo de asserção mental muito fracos** – esta classe é classe constituída por verbos e expressões predicativas como *achar, concluir, descobrir, fingir, saber, estar certo de, estar convencido de, ter a certeza (de)* etc. Estes verbos e expressões predicativas selecionam o indicativo, mas passam a selecionar o conjuntivo na oração complemento se ocorrerem sob escopo da negação.

Faria (1970) argumenta que a presença do conjuntivo em oração complemento de verbos desta classe parte é justificada pelas seguintes condições:

-Presença de um modal futuro;

-Presença do operador NEG em posição mais-alta, sobrepondo-se às restrições semânticas do verbo da frase matriz, verbo este que, se não ocorresse sob o escopo da negação, levaria à seleção do indicativo;

-Existência de um modal potencial, já que nem sempre a opinião do falante coincide com a verdade. Ou seja, a opinião só é verdadeira caso o evento descrito pelo complemento se verifique.

A autora conclui que os verbos desta classe, se forem de carácter factivo não desencadeiam uma pressuposição, ideia que Faria (1970) fundamenta, apresentando frases como (110):

(110) O Carlos  *censurou*  o facto de as crianças  morderem .

Segundo a autora, nesta frase, o evento descrito na oração complemento – “as crianças morderem” – pode ser tido como verdadeiro ou não, tanto pelo falante como pelo interlocutor. Ainda segundo Faria (1970), a frase pode ser interpretada como “se A acontecer, então, eu digo que o Carlos pensará X”. Relativamente à verdade ou falsidade da proposição de uma oração complemento, a autora considera que em frases como (111), abaixo, se o indicativo for selecionado, expressa-se a informação de que “o Carlos acredita em A, quer A seja uma proposição verdadeira quer seja falsa”, enquanto que se for usado o conjuntivo é a potencialidade da verdade da oração complemento que leva à seleção deste modo:

(111) a. O Carlos acredita que a rapariga diz a verdade.

b. O Carlos acredita que a rapariga diga a verdade.

Em síntese, no que respeita a construções com verbos como este, Faria (1970) defende que o conjuntivo assinala a potencialidade da verdade da oração complemento, correspondendo o conjuntivo à atualização do modal potencial.

Esta análise é questionada por Marques (1996), que observa casos como os que se seguem:

(112) a. O Carlos  *sabe*  que a rapariga  diz  a verdade.

b. O Carlos  *gostou*  que a rapariga  tivesse dito  a verdade.

Os verbos  *saber*  e  *gostar*  selecionam, respetivamente, o indicativo e o conjuntivo. No entanto, ambas as frases indicam que o falante acredita na verdade da oração completiva. Logo, não se pode dizer que em (112) a presença do conjuntivo se deva à atualização de um modal potencial. Para além disso, como Marques (1996) observa:

«A ideia central de que o conjuntivo surge em proposições que não são assumidas como verdadeiras não deixa, igualmente, de suscitar um comentário. De facto, são várias as construções em que isso acontece [i.e., as proposições não são assumidas como verdadeiras] e que, no entanto, têm o verbo no indicativo. Tal é o caso das interrogativas (diretas e indiretas), de algumas condicionais e,

ainda, de frases modificadas pelos advérbios *possivelmente*, *provavelmente* ou *aparentemente*. Por outro lado, há orações cuja verdade é assumida e em que, não obstante, ocorre o conjuntivo. É o caso de orações complemento de verbos factivos que selecionam conjuntivo e de orações concessivas. Se a oração estiver (110-a) no passado, há a informação de que o evento descrito pela mesma se realizou e, portanto, a sua verdade é assumida.

Além disso, há verbos, como *prometer*, *ameaçar* e outros, que selecionam indicativo, apesar de a oração que lhes serve de complemento ser localizada no futuro. De acordo com a proposta da autora, seria de esperar, contudo, que tais verbos regessem o conjuntivo, já que o valor de verdade da oração complemento depende, tal como nas declarações de ordem, da realização futura do evento descrito.» (Marques 1996, p. 27).

## 2.2. As hipóteses consideradas no presente estudo

Para além das explicações apresentadas acima para a distribuição do conjuntivo e do indicativo em PE, foram consideradas na literatura outras explicações, três das quais se apresentam de seguida e que foram tidas em conta na elaboração do questionário usado para a recolha de dados do PA.

### 2.2.1. A hipótese dos graus de crença

A análise da alternância de modo baseada em graus de crença que aqui se apresenta permite ultrapassar um problema acima referido a respeito da seleção de modo por parte, por exemplo, de verbos declarativos. Como ficou visto acima, a hipótese que relaciona a distribuição do indicativo e conjuntivo com as noções de *realis/irrealis*, depara-se com o problema de verbos como os verbos declarativos (e também verbos como *pensar*, entre vários outros) serem regentes de indicativo, embora não se possa dizer que a sua proposição complemento descreve necessariamente a realidade (quem diz que uma coisa é de dada maneira pode estar equivocado ou estar a mentir, o que diz ser verdade pode sê-lo de facto ou não o ser). Este problema não existe para análises que relacionam a distribuição do modo com graus de crença.

A crença é um conceito graduável. Isto é, pode-se acreditar ou crer em algo com maior ou menor convicção. A pertinência da noção de graus de crença para a distribuição do modo é evidente quando se consideram dados como os seguintes:

- (119) a. *Penso* que o João está bem agora.  
 b. *Penso* que o João esteja bem agora.

Em ambas as frases ocorre o verbo epistémico *pensar*. A frase (119a), com indicativo na oração completiva, indica que o falante tem uma crença forte na verdade da situação descrita pela oração completiva, contrariamente ao que se verifica com a frase (119b), onde ocorre o conjuntivo. Ou seja, a primeira frase expressa um grau forte de crença e a segunda um grau mais fraco, menos próximo da certeza, sendo esta diferença

de graus de crença acompanhada pelo uso do indicativo na primeira frase e do conjuntivo na segunda.

A hipótese de que a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo é condicionada pelo grau de crença expresso para com a proposição relevante foi defendida por vários autores, sobretudo para a língua espanhola, sendo Bell (1990) um dos que mais a aprofundam. De acordo com esta hipótese, ao empregar o indicativo, o falante estará a comprometer-se com um elevado grau de crença na verdade da proposição, ao passo que se seleccionar o conjuntivo estará o falante a comprometer-se com a verdade da proposição num grau de crença mais fraco.

Também Palmer (1986) defende esta hipótese, afirmando que:

«the indicative is used where the subject shows some positive degree of commitment to the proposition, either total as with **assert**, or partial as with **think**. Where there is no degree of positive commitment but either non-commitment as with **be possible**, or negative commitment as with **doubt**, taken as partial commitment or (**don't think**), taken as total negative commitment, the subjunctive is used» Palmer (1986, *apud* Jesus 2014).

Analogamente, Bell (1990) aponta que o conceito de afirmação tem a ver com a crença na verdade da proposição. À semelhança de outros autores, Bell (1990) considera na sua proposta a influência que o operador de negação tem na alternância de modo, dando como exemplo as frases (120a) e (120b):

- (120) a. Declaro que Rafael *no ha ganado* el premio.  
 b. *No* declaro que Rafael *haya ganado* el premio.

De acordo com o que Bell defende, o indicativo na oração complemento de (120a) é legitimado pelo verbo da oração matriz, *declarar*, que indica um posicionamento do falante num nível positivo da escala de crença. Saliente-se que a presença da negação na oração encaixada não tem influência na seleção de modo, pelo facto de não ter escopo sobre a frase toda. Ou seja, a leitura é a de que o falante faz uma afirmação, demonstrando uma forte crença sobre o que diz. O falante indica que acredita na falsidade da proposição ‘Rafael ha ganado el premio’, ou, equivalentemente, na verdade da proposição ‘Rafael no ha ganado el premio’. Já no exemplo (120b), a posição da negação faz com que esta tenha escopo sobre a frase toda, levando a que haja a diminuição da crença e conseqüente uso do conjuntivo.

Comparativamente às análises tradicionais que relacionam a distribuição do conjuntivo e indicativo com o valor de verdade da frase, a hipótese de graus de crença é mais interessante. Como se viu, a explicação que se encontra nas gramáticas tradicionais para o uso do indicativo é a de que este modo ocorre em frases que descrevem a realidade. O mesmo é dizer que o indicativo ocorre em frases que são tidas como verdadeiras por parte do falante. Ora, ao enunciar a frase como verdadeira, o falante expressa a sua crença na verdade da mesma. Portanto, a hipótese dos graus de crença, segundo a qual o indicativo ocorre nos casos em que é veiculado um grau de crença positivo na verdade da frase, não tem um poder explicativo inferior à hipótese que relaciona a dis-

tribuição do modo com os conceitos *realis* / *irrealis*. No entanto, permite uma explicação mais adequada da distribuição do modo em orações completivas. Por exemplo em frases como (119a) acima, que é repetida e renumerada abaixo, não se pode dizer, sem mais, que a oração completiva descreva a realidade (o enunciador pode estar enganado e o João não estar bem):

- (121) a. *Penso* que o João está bem agora.  
 b. *Penso* que o João esteja bem agora.

Esta frase expressa uma crença do enunciador, mas não permite a inferência de que a oração completiva é garantidamente verdadeira. Logo, construções como esta são problemáticas para a hipótese que relaciona indicativo com descrição da realidade. Por contraste, a hipótese dos graus de crença explica naturalmente o uso do indicativo em (121a) e do conjuntivo em (121b).

No entanto, a proposta de Bell (1990) e Palmer (1986) não resolve todos os problemas que se colocam à hipótese tradicional de que a oposição de indicativo / conjuntivo está relacionada com a oposição *realis* / *irrealis*. De facto, nem uma nem outra proposta permitem explicar o uso do conjuntivo nalgumas frases que descrevem a realidade. É o caso de orações concessivas, como (122), de frases introduzidas por *daí que*, como (123), bem como de orações completivas de expressões predicativas causais, como *fazer com que* ou *levar a que* e de alguns verbos avaliativos como *lamentar* ou *apreciar*:

- (122) a. Embora goste do trabalho que faz, a Ana preferia trabalhar no hospital.  
 b. As eleições foram adiadas; daí que o Pedro tenha desistido de concorrer.
- (123) a. O mau tempo fez com que o avião fosse desviado para outro aeroporto.  
 b. Lamento que estejas atrasado.

Em qualquer destas frases, o enunciador expressa a sua crença na verdade da oração com conjuntivo. Assim, a ocorrência do conjuntivo nestes exemplos é problemática para a hipótese dos graus de crença, tal como o é para a hipótese de que o conjuntivo ocorre em contextos de *irrealis*.

Um outro problema que, como acima se viu, se coloca à hipótese que relaciona a distribuição do modo com os conceitos *realis* / *irrealis* é o facto de “verbos ficcionais”, como *sonhar* ou  *fingir*, serem regentes de indicativo, apesar de a sua oração complemento não descrever a realidade. Este problema também não é claramente resolvido pela hipótese dos graus de crença. De facto, contrastando-se os exemplos em (124), abaixo, com as frases (122b) e (123a), torna-se evidente que a explicação na linha de

Bell (1990) ou Palmer (1986) para o uso do indicativo em (124a) não parece extensível a casos como (124b) e (124c):

- (124) a. *Penso* que o João está bem agora.  
b. *Sonhei* que o João está bem agora.  
c. *Fingi* que já estava bem.

A primeira destas frases indica um grau de crença positivo na verdade da oração completiva, o que, de acordo com a hipótese dos graus de crença, leva à seleção do indicativo. No entanto, nem (124b) nem, mais evidentemente ainda, (124c), com o verbo *fingir*, indicam que o falante tem uma crença forte de que a oração completiva é verdadeira. Não obstante, o indicativo é obrigatório nestas orações completivas. Esta obrigatoriedade do indicativo em orações completivas de verbos ficcionais não é problemática para a hipótese da veridicidade, que se apresenta de seguida.

### 2.2.2. A hipótese da veridicidade relativizada

O facto de nas línguas românicas (e não só, pode-se acrescentar) ser o indicativo o modo selecionado por parte de verbos ficcionais leva Farkas (1992) a propor os conceitos de “ancoragem extensional” e “ancoragem intencional”, que Giannakidou (1998 e vários outros trabalhos posteriores) integra no seu conceito de veridicidade (relativizada, cf. Giannakidou 1999, ou veridicidade epistémica, em Giannakidou 2013). Central às propostas destas autoras é a noção de *relativização da verdade*. Simplificadamente, o ponto de partida é que uma frase não é verdadeira ou falsa, sem mais, mas que a verdade (ou falsidade) de uma frase é relativa a uma entidade. O que um determinado indivíduo acredita ser verdade pode não ser verdade para outro indivíduo. Veja-se a frase (125):

- (125) A Alice acredita que amanhã vai chover.

Nesta frase, a oração completiva é apresentada como sendo verdadeira para a Alice, mas não se dá a indicação de que é verdadeira ou falsa de acordo com o falante ou qualquer outra entidade. Ou seja, a verdade de uma proposição  $p$  é relativa às convicções de uma entidade. Assim, as autoras defendem que a noção de verdade de uma proposição deve estar ligada às crenças de um indivíduo. Se  $x$  acredita em  $p$ , então,  $p$  é verdade num modelo  $w$  que representa a visão do mundo de  $x$ .

Posto isto, Farkas (1992) introduz a noção de *individual anchor*, correspondendo, simplificadamente, à entidade relativamente à qual a proposição é ancorada. Em (125) a oração completiva é ancorada na entidade Alice, enquanto a frase matriz é anco-

rada no falante. De igual modo, em frases como a que se segue, com o verbo ficcional *sonhar*, a oração completiva destes verbos é ancorada na entidade referida pelo sujeito da frase matriz:

(126) A Ana sonhou que amanhã vai chover.

Ainda de acordo com Farkas (1992), tanto os verbos epistémicos, como *acreditar* ou *pensar*, como os verbos ficcionais, como *sonhar*, introduzem um único mundo possível, relativamente ao qual a proposição expressa pela oração encaixada é interpretada. Em (126), esse mundo possível corresponde ao do sonho da Ana. A este grupo de verbos Farkas (1992) dá o nome de verbos de *ancoragem extensional*. Com outros verbos, como os verbos volitivos, como *querer*, ou os verbos diretivos, como *mandar*, o seu complemento introduz, na análise de Farkas (1992), uma proposição interpretada relativamente a um conjunto formado por vários mundos possíveis. Simplificadamente, a proposta da autora é a de que quer os verbos volitivos quer os verbos diretivos envolvem no seu significado diferentes desenvolvimentos futuros, correspondendo cada desenvolvimento a um mundo possível. Por exemplo, a frase *a professora mandou as crianças saírem da sala* indica que a ordem que a professora deu pode ser seguida por desenvolvimentos em que a ordem é cumprida e as crianças saem da sala, como por desenvolvimentos em que as crianças não saem. O significado de outras expressões predicativas, como *ser possível* ou *ser provável*, por exemplo, envolverá também a consideração de vários mundos possíveis, embora esta diversidade de mundos não se deva a uma noção de orientação futura. Os predicados cujo significado envolve a consideração de vários mundos possíveis são designados por Farkas (1992) por predicados de ancoragem intencional.

Definidos estes conceitos, a proposta de Farkas (1992) é a de que o indicativo é selecionado por predicados de ancoragem *extensional* e o conjuntivo por predicados de ancoragem intencional. Os primeiros introduzem um mundo possível relativamente ao qual a proposição completiva é avaliada, pelo que esta proposição é dada como verdadeira neste mundo, independentemente de no mundo real o ser também ou não ser (a proposição não é avaliada relativamente ao mundo real, pelo que a questão de a proposição ser ou não verdadeira na realidade não se coloca). Já os predicados de ancoragem intencional introduzem um conjunto de mundos possíveis, nalguns dos quais a situação descrita pela oração completiva se verifica e noutros não se verifica. Assim, estes predicados não dão a informação de que a sua oração completiva é tida como verdadeira, já que levam a considerar mundos possíveis em que é verdadeira, mas também mundos possíveis em que não o é; ou seja, o significado destes predicados inclui a possibilidade de a sua proposição completiva ser verdadeira ou de não o ser.

Como foi dito acima, a explicitação da seleção de modo através da hipótese da veridicidade relativizada é igualmente explorada nos trabalhos de Giannakidou (1995, 1998, 1999, ...), que parte da análise do modo em grego moderno. De acordo com esta autora, o fator relevante para a seleção do conjuntivo ou do indicativo é a questão de as

orações serem ou não dadas como verdadeiras para uma entidade num determinado mundo possível.

Assim, a proposta desta autora parte da ideia de que a verdade é relativizada, pelo que introduz o conceito de veridicidade, que distingue do de factividade. Simplificadamente, um operador é verídico se permitir inferir que a proposição que introduz é tida como verdadeira por uma entidade no mundo possível relevante. Se o operador não permitir fazer esta inferência, será não verídico. Um operador factivo permite inferir que a sua proposição complemento é verdadeira na realidade. Assim, os operadores factivos são verídicos, mas nem todos os operadores verídicos são factivos. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (127)
- a. O Paulo *sabe* que a Maria estuda medicina.
  - b. O Paulo *pensa* que a Maria estuda medicina.
  - c. O Paulo *sonhou* que a Maria estudava medicina.
  - d. O Paulo *quer* que a Maria estude medicina.

A primeira destas frases permite inferir que a oração completiva é verdadeira no mundo real, contrariamente às restantes frases, que não permitem fazer esta inferência. Ou seja, o verbo *saber* é factivo, mas *pensar*, *sonhar* e *querer* não o são. No entanto, a segunda frase permite inferir que a oração completiva é verdadeira para o Paulo, enquanto a última frase não permite inferir que alguém tem como verdadeira a oração completiva. Ou seja, *pensar* é um verbo verídico, enquanto *querer* é não verídico. Quanto à terceira frase, esta permite inferir que no sonho do Paulo é verdade que a Maria estudava medicina. Assim, também *sonhar* é um operador verídico, já que permite inferir que a sua proposição complemento é verdadeira no modelo relativamente ao qual é avaliada (no caso, o mundo correspondente ao sonho do Paulo).

Em suma, a verdade de uma frase é sempre relativizada a um modelo. A frase será verídica se for dada como verdadeira no modelo relativamente ao qual é avaliada. Em frases como (127a), com o verbo *saber*, o modelo relevante é o mundo real; em (127b), com o verbo *pensar*, o modelo relevante é o que representa as crenças do Paulo; em (127c), com o verbo *sonhar*, o modelo relevante é o que representa o sonho do Paulo; e em (127d), com o verbo *querer*, o modelo relevante é o que representa os desejos do Paulo. As três primeiras frases permitem inferir que a oração completiva é verdadeira no modelo relativamente ao qual é avaliada, enquanto a última frase não permite fazer esta inferência. Portanto, os verbos *saber*, *pensar* e *sonhar* são verídicos, enquanto *querer* é um verbo não verídico.

Posto isto, a proposta de Giannakidou é que o indicativo ocorre em orações verídicas e o conjuntivo em orações não verídicas, uma proposta que, segundo a autora, dá conta dos dados do grego moderno:

“...indicative clauses are all being anchored to the world of some model. The difference resides in what the model is – the model of some individual’s worldview (epistemic predicates), the model of a dream or of a fiction (fiction predicates), the model of a reported conversation (assertives predicates) or the model of current conversation (factive predicates)”, Giannakidou (1995:97, *apud* Jesus, 2014).

Aplicando esta proposta ao português, constata-se que a mesma explica grande parte dos dados, mas não todos.

No que respeita às orações independentes, a hipótese de Giannakidou explica que seja o indicativo o modo usado em frases declarativas, já que frases deste tipo são avaliadas relativamente ao modelo que representa as crenças do falante e a sua asserção apresenta-as como verdadeiras nesse modelo. A hipótese de Giannakidou explica igualmente que o conjuntivo seja usado em frases imperativas e em frases introduzidas por *talvez* ou por *oxalá*, uma vez que estas frases não são apresentadas como verdadeiras para alguém. De igual modo, em construções como *quer chova quer não chova* nenhuma das orações que é coordenada é apresentada como verdadeira para alguém, pelo que a proposta de Giannakidou explica porque é o conjuntivo o modo obrigatório nesta construção. No entanto, frases introduzidas por *daí que* são também verídicas. O conector *daí que* permite inferir que a proposição que introduz é verdadeira no mundo real. Assim, a proposta de Giannakidou leva à previsão de que seja o indicativo o modo que ocorre neste tipo de oração. Porém, em PE o conjuntivo é obrigatório:

(128) estava a chover; daí que ele {*tenha ficado* / \**ficou*} em casa

Quanto a orações subordinadas adverbiais, a maioria dos dados são também explicáveis pela proposta de Giannakidou. Por exemplo, conjunções (ou locuções conjunccionais) finais são não verídicas e levam à seleção do conjuntivo, enquanto conjunções causais são verídicas e é o indicativo, não o conjuntivo, o modo que ocorre em orações causais. No entanto, é o conjuntivo o modo selecionado por conjunções concessivas, que são verídicas, e o indicativo pode ocorrer em orações condicionais que não são tidas como verdadeiras, como nos seguintes exemplos:

- (129) a. Se pensas que a Ana te vai ajudar, é melhor pensares duas vezes...  
 b. Se ele tem vindo de comboio, não teria chegado a tempo!

Quanto à distribuição do modo em orações completivas, a hipótese de Giannakidou explica também a maioria dos dados do PE, mas não todos. De facto, se em PE todas as expressões predicativas não verídicas são regentes de conjuntivo (cf., por exemplo, os verbos volitivos, como *querer*, os verbos diretivos, como *mandar* ou *pedir*, verbos como *duvidar*, ou expressões predicativas como *ser possível*), nem todas as expressões predicativas verídicas são regentes de indicativo. De facto, expressões predicativas factivo-emotivas, como *lamentar* ou *ter pena*, e expressões predicativas causativas, como *conseguir* ou *levar a que*, são operadores verídicos, já que permitem inferir

que a sua proposição complemento é verdadeira no modelo relevante (que, no caso, é o mundo real). Ou seja, ambas as frases que se seguem permitem inferir que a oração completiva é verdadeira de acordo com o falante:

- (130) a. Lamento que estejas doente.  
 b. O atraso no voo fez com que a Ana chegasse demasiado tarde.

Uma vez que estas orações completivas são verídicas, a proposta de Giannakidou leva à previsão de que seja o indicativo o modo usado nas mesmas, o que não se verifica.

Em síntese, comparando as propostas de Giannakidou e de Farkas (1992) com a proposta que relaciona a distribuição do modo com graus de crença e com a hipótese que relaciona a distribuição do modo com os conceitos *realis* / *irrealis*, verifica-se que as propostas de Farkas e de Giannakidou explicam todos os dados que as outras também explicam, mas, ao contrário destas, dão conta do facto de o indicativo ser selecionado por predicados ficcionais. No entanto, mantêm o problema de explicar o facto de em PE o conjuntivo ser obrigatório nalguns tipos de frases que são dadas como verdadeiras.

### 2.2.3. A Hipótese da relação entre modo e atitudes proposicionais

Indicou-se acima uma definição de modo que reproduz a ideia de que o modo é um meio através do qual o falante expressa a sua atitude para com a proposição. Esta associação entre modo e atitudes proposicionais é defendida por Marques (1995), cuja proposta de explicação da distribuição dos modos conjuntivo e indicativo em PE se apresenta nesta secção.

As últimas propostas examinadas até agora explicam adequadamente a distribuição do conjuntivo em línguas como o romeno (de acordo com Farkas (1992)) ou o grego moderno (de acordo com Giannakidou (1995, 1998),...). No entanto, como ficou visto acima, a aplicação destas propostas ao PE depara com o problema de o conjuntivo ser usado nalguns tipos de frases dadas como verdadeiras. É este o caso de orações completivas de predicados avaliativos, como *lamentar*, e causativos, como *conseguir*, predicados cujas proposições completivas são tidas como verdadeiras no mundo real, mas que selecionam o conjuntivo. Como se viu também, o mesmo problema existe quando se considera a hipótese dos graus de crença ou a hipótese de que o indicativo é o modo usado para a descrição da realidade e o conjuntivo o modo associado ao valor *irrealis*. Diante deste problema, Marques (1995, 1996, 2010b, ...) questiona que em PE a questão da aceitação da frase como verdadeira seja o fator responsável pela distribuição do modo, embora reconheça que é um fator relevante para o uso do indicativo ou do conjuntivo. Começando por analisar verbos factivos (e assumindo a definição de Karttunen (1971) desta classe de verbos, segundo a qual os verbos factivos são aqueles que

permitem deduzir a verdade do seu complemento quer quando ocorrem em frases afirmativas quer quando ocorrem em frases negativas), o autor observa que os verbos factivos que regem indicativo, como é o caso de *saber*, *descobrir* ou *adivinhar*, têm uma característica em comum, que os distingue de outros verbos factivos: expressam uma atitude de conhecimento relativamente à sua proposição completiva. Por contraste, os verbos factivos que regem o conjuntivo, como *lamentar*, *incomodar* ou *surpreender*, veiculam uma atitude proposicional de outra natureza, uma atitude de avaliação. Por outras palavras, verbos factivos como *saber* ou *descobrir* expressam uma atitude epistémica, enquanto verbos como *lamentar* ou *incomodar* expressam uma atitude avaliativa.

À parte esta diferença, quer uns quer outros são verbos que codificam uma atitude de uma entidade para com a proposição completiva. O facto de os verbos factivos que codificam uma atitude epistémica serem regentes de indicativo e os que codificam uma atitude avaliativa serem regentes de conjuntivo sugere uma associação entre modo e tipo de atitude proposicional, estando o indicativo associado à expressão de uma atitude epistémica e o conjuntivo à expressão de uma atitude avaliativa.

Passando à análise de verbos não factivos, o autor conclui que também com este tipo de verbos se verifica uma relação entre o modo que regem e o tipo de atitude proposicional que veiculam. Mais concretamente, o autor observa que o indicativo estará associado a um valor de modalidade epistémica, ao passo que o conjuntivo não expressa um valor específico, podendo estar associado a diferentes atitudes proposicionais. Assim, o indicativo estará associado a um valor específico – assinala uma atitude epistémica –, enquanto o conjuntivo não marca um valor específico, antes é o modo que ocorre quando a atitude proposicional que é expressa não é epistémica. Ainda assim, como o autor observa, esta explicação não é suficiente, já que o conjuntivo ocorre também em proposições relativamente às quais se expressa uma atitude de natureza epistémica, como se observa nas orações completivas dos seguintes exemplos:

(131) *Duvido* que este partido ganhe as próximas eleições.

(132) *Não acredito* que a CASA-CE<sup>10</sup> ganhe as próximas eleições.

Nestes casos, a proposição completiva não é dada como verdadeira nalgum modelo, contrariamente ao que se verifica nos casos em que ocorre o indicativo. Assim, de acordo com Marques (1995, 1996), em PE a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo é regulada pela combinação de dois fatores: tipo de atitude proposicional expressa e veracidade. A proposta do autor é a de que o indicativo ocorre em proposições verídicas relativamente às quais seja expressa uma atitude de natureza epistémica e o conjuntivo ocorre nos restantes casos. Mais simplificada, o indicativo ocorre quando a atitude expressa para com a proposição é uma atitude de conhecimento ou de

<sup>10</sup> Partido político angolano (coligação de partidos políticos) que faz parte da oposição angolana.

crença positiva e o conjuntivo nos restantes casos. Isto é, se a atitude expressa para com a proposição não for de natureza epistémica (independentemente de a proposição ser verídica ou não o ser) ou se a atitude expressa para com a proposição for de natureza epistémica, mas a proposição não for verídica, então é o conjuntivo o modo usado.

Com base na proposta do autor, considerem-se as seguintes construções:

- (133) a. O Pedro *promete* que não (se) vai embora.  
 b. A Ana *diz* que estava em casa.  
 c. O aluno *acredita* que vai melhorar as notas.  
 d. O Paulo *sonhou* que estava de férias.

Como já aludido acima, os verbos em (133)<sup>11</sup> são de diferentes classes, mas todos são regentes do indicativo. Assim, em (133a) o verbo que seleciona o indicativo no seu complemento é da classe de verbos compromissivos, em (133b) ocorre um verbo declarativo, em (133c) um verbo epistémico, e em (133d) um verbo ficcional. Em todas estas frases os verbos da frase matriz são verídicos: permitem inferir que a sua proposição complemento é verdadeira no modelo relevante (o modelo correspondente ao sonho do Paulo, em (133d), o modelo correspondente às crenças do Paulo em (133c), etc.). Além disso, todos estes verbos expressam uma atitude de crença. Isso é evidente no caso do verbo *acreditar*, mas verifica-se igualmente no caso dos restantes verbos. Ao empregar um verbo compromissivo, como *prometer*, o falante está a comprometer-se com a realização do evento descrito na proposição completiva e, portanto, a expressar a sua crença de que essa proposição se tornará verdadeira. Analogamente, verbos declarativos, como *dizer*, reproduzem uma afirmação e, ao fazer uma afirmação, o falante expressa a sua crença no que afirma. Quanto aos verbos ficcionais, codificam também uma atitude de crença, embora esta crença seja relativizada a um mundo fictício (o mundo do sonho do Paulo, no caso da frase (133d)).

Dado que nos exemplos acima a oração completiva ocorre num contexto verídico e o verbo matriz codifica uma atitude de natureza epistémica, a proposta de Marques (1995) leva à previsão de que seja o indicativo o modo usado, como se verifica. Vejamos agora os seguintes dados:

- (134) a. O Paulo *queria* que as férias fossem mais longas.  
 b. O Carlos *gosta* que as pessoas sejam honestas.  
 c. A diversificação da economia *fez com que* o sector do turismo melhorasse.

<sup>11</sup> Para uma informação mais detalhada acerca de classes de verbos, relativamente aos valores semânticos veridicidade e atitude proposicional, ver, e.g., Marques (1996) ou Jesus (2014).

Em nenhuma das frases de (134) o predicado da frase matriz expressa uma atitude de natureza epistémica. Na primeira frase, o verbo matriz expressa uma atitude volitiva, na segunda uma atitude avaliativa e na terceira o predicado matriz expressa uma relação de causa-efeito entre as situações descritas pela oração principal e pela oração complemento. Dado não ser expressa uma atitude epistémica para com a proposição completiva, é o conjuntivo o modo selecionado.

Finalmente, considerem-se os seguintes exemplos:

(135) *Duvido* que este partido ganhe as próximas eleições.

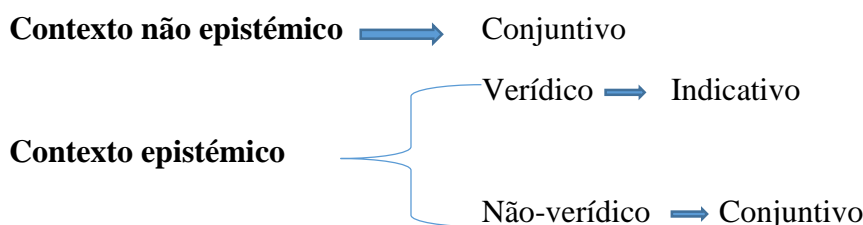
(136) a. *Acredito* que o MPLA<sup>12</sup> ganha as próximas eleições.

b. *Acredito* que o MPLA ganhe as próximas eleições.

(137) *Não acredito* que a CASA-CE ganhe as próximas eleições.

Nestes casos, o predicado matriz expressa uma atitude epistémica. No entanto, em (135), com o verbo *duvidar*, a atitude é negativa; ou seja, o verbo matriz expressa uma atitude próxima da descrença. Assim, embora a atitude expressa para com a proposição completiva seja de natureza epistémica, esta proposição não é verdadeira (não se pode inferir a partir da frase (135) que a proposição completiva é tida como verdadeira). Daí a seleção do conjuntivo, de acordo com a proposta de Marques (1995). O mesmo se pode dizer a respeito da frase (137). Quanto às frases de (136), a primeira indica que o falante tem uma crença forte de que o MPLA ganhará as próximas eleições, enquanto a segunda expressa uma crença mais fraca de que isso aconteça. Assim, (136a) permite inferir que a proposição completiva é tida como verdadeira pelo falante, mas (136b) não permite esta inferência. A frase indica apenas que a oração completiva pode ser verdadeira. Logo, embora nos dois casos a atitude expressa para com a proposição completiva seja de natureza epistémica, em (136a) a oração completiva é verdadeira, mas o mesmo não se verifica em (136b). É por essa razão, de acordo com a proposta de Marques (1995), que o indicativo é usado na primeira destas frases e o conjuntivo na segunda.

Em síntese, a proposta de Marques (1996) pode ser expressa com o seguinte esquema:



**Figura1:** proposta de Marques (1996)

<sup>12</sup> Abreviatura de Movimento Popular de Libertação de Angola. Movimento guerrilheiro fundado em 1956 que desencadeou a luta armada contra o colonialismo português em Angola. É o partido que governa Angola desde a independência, a 11 de novembro de 1975 até à data presente.

#### 2.2.4. Síntese das hipóteses de explicação

Tendo como base as propostas de explicação da distribuição do conjuntivo e indicativo apresentadas nas secções anteriores, coloca-se a questão de saber se alguma dessas hipóteses permite explicar os dados do PA no que respeita ao uso do conjuntivo e do indicativo nesta variedade do português. A questão justifica-se pelo facto de que, enquanto falante de PA, tenho consciência de que há diferenças entre PA e PE no que respeita ao uso destes dois modos.

Partindo da informação dada nas secções anteriores, podem elencar-se quatro hipóteses de explicação da distribuição do conjuntivo e indicativo:

**Hipótese 1:** irrealidade / virtualidade (gramáticas tradicionais, Fonseca (1970)...) – A oposição entre o indicativo e o conjuntivo reflete a oposição entre realidade e irrealidade ou entre atualidade e virtualidade (i.e., o indicativo ocorre nas frases que descrevem a realidade, o conjuntivo nas frases que descrevem situações que não se verificam ou que podem não se verificar no mundo real).

**Hipótese 2:** graus de crença – (Palmer (1986, 2013), e Bell (1990),...) – O indicativo está associado à expressão de um elevado grau de crença, o conjuntivo à ausência de crença ou a um grau fraco de crença na verdade da proposição.

**Hipótese 3:** veridicidade (Farkas (1992), Giannakidou (1994, 1999,...)) – O indicativo ocorre nos casos em que a proposição é tida como verdadeira num mundo possível, seja o mundo real ou outro mundo possível.

**Hipótese 4:** atitudes proposicionais (Marques, (1995, 2009,...)) – A seleção de modo (indicativo ou conjuntivo) está dependente da atitude proposicional que é expressa para com a proposição – se a atitude que se expressa for apenas a de que a proposição é tida como verdadeira (i.e., se se expressar uma atitude de crença forte na verdade da proposição ou de conhecimento da verdade da proposição), é usado o indicativo; se se expressar outro tipo de atitude, é usado o conjuntivo.

A primeira hipótese associa a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo às condições *realis* e *irrealis*. Como se viu, esta proposta não permite explicar adequadamente os dados do PE, embora, segundo autores como Noonan (1985) ou Rothstein e Thieroff (2010), explique dados de línguas como o russo. Além disso, Marques (2004) observa dados do PB que parecem apontar para que o sistema do modo nesta variedade do português seja condicionado por esta oposição entre *realis* / *irrealis*.

Já a segunda hipótese associa o uso do indicativo ou do conjuntivo ao grau de crença que é expresso para com a proposição. Se for expresso um grau elevado de crença, é usado o indicativo; se for expressa ausência de crença ou um grau fraco de crença, é usado o conjuntivo.

A hipótese 3 tem como a base a noção de verdade relativizada, como se viu acima. De acordo com esta hipótese o indicativo ocorre em contextos verídicos e o conjuntivo em contextos não verídicos. Esta hipótese explica os dados de línguas como o ro-

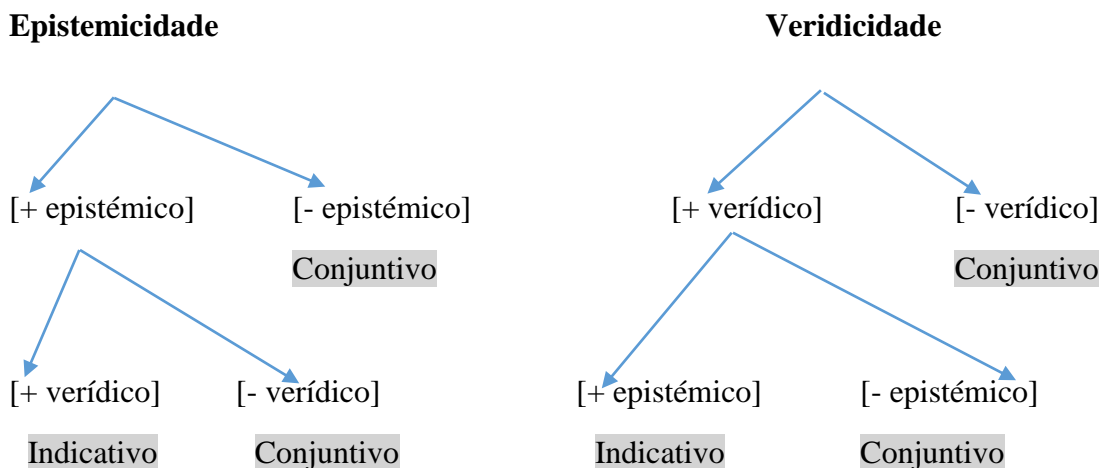
meno, de acordo com Farkas (1992), e o grego moderno, de acordo com Giannakidou (1995).

A hipótese 4, como se viu, defende que seja o indicativo o modo que ocorre nas frases relativamente às quais é expressa uma atitude epistémica positiva (i.e., uma atitude de crença forte ou uma atitude de conhecimento) e o conjuntivo nas frases relativamente às quais é expressa outro tipo de atitude (seja uma atitude não epistémica, seja uma atitude epistémica de ausência de crença ou de crença fraca). Em orações completivas, a oposição do indicativo vs conjuntivo depende da atitude proposicional expressa pelo verbo da oração matriz. De acordo com esta hipótese, a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo é condicionada pela combinação de dois valores, como se sintetiza na seguinte tabela:

+ Epistémico	+ Epistémico	– Epistémico	– Epistémico
+ Verídico	– Verídico	+ Verídico	– Verídico
Indicativo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo

**Quadro 5:** traços semânticos associados aos modos conjuntivo e indicativo em PE, segundo Marques (1995).

Equivalentemente, pode representar-se esta explicação da distribuição do conjuntivo e do indicativo em PE através de um esquema, podendo dar-se a primazia ao valor epistémico ou ao valor da veridicidade:



**Figura 2:** traços semânticos associados aos modos conjuntivo e indicativo em PE, segundo Marques (1996).

Para averiguar se alguma destas propostas permite explicar os dados do PA, elaborou-se um inquérito, que foi organizado tendo por base estas quatro propostas de ex-

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspectiva semântica.*

plicação e que foi aplicado a um conjunto de informantes falantes desta variedade do português. O inquérito, a descrição do processo da sua aplicação e os resultados obtidos com a aplicação do mesmo são apresentados no capítulo seguinte.

## Capítulo III – Metodologia da pesquisa

### 3. A recolha de dados

Feita a apresentação dos vários contextos de ocorrência dos modos conjuntivo e indicativo, bem como das abordagens teóricas de cariz semântico que explicam a seleção de um modo em detrimento de outro, cabe, no presente capítulo, apresentar o desenho metodológico que guiou a pesquisa deste trabalho. Dada a escassez de levantamento de dados do PA a que se pudesse recorrer, houve a necessidade de traçar estratégias que viessem a permitir a obtenção dos dados a serem analisados.

A informação deste capítulo está distribuída em várias secções: em 3.1. apresentam-se as razões que levaram a enveredar pela construção de um inquérito; em 3.2. apresenta-se a estrutura do inquérito; em 3.3. descreve-se a aplicação do inquérito, indicando-se aspetos relacionados com as localidades de Angola onde o inquérito foi aplicado (em quatro províncias) e os sujeitos inquiridos, desde o seu perfil sociolinguístico ao perfil académico<sup>13</sup>; em 3.4. apresenta-se o material e os procedimentos usados para a recolha dos dados e, finalmente, em 3.5. o histórico da pesquisa em si e a descrição das dificuldades por que passei para o exercício e a conclusão do processo de recolha dos dados.

#### 3.1. A opção por um inquérito

Para a recolha de dados do PA considerada neste trabalho, optou-se pela realização de um inquérito, aplicado em diversos pontos de Angola a falantes de português. A opção por se realizar um inquérito deveu-se primariamente à não existência de *corpora* disponíveis onde fosse possível recolher dados do PA. Na verdade, tanto quanto é do meu conhecimento, as únicas referências a *corpora* com dados do PA acessíveis ao público são a que é feita em Nascimento *et al.* (2008), onde se apresenta o *Corpus África*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), *corpus* este que contempla as variedades africanas do português, entretanto já não disponível na página *web* do CLUL, e uma parte do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. No entanto, basear a recolha de dados a analisar na presente dissertação exclusivamente em con-

---

<sup>13</sup> O inquérito foi aplicado maioritariamente aos estudantes por serem um público-alvo que se mostrou mais disponível em prestar informação. Porém, como se poderá observar abaixo, existe um número de 9 informantes que não têm grau académico, apenas sabem ler e escrever.

sultas a esses *corpora* é uma opção que poderia ser questionável, por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, pretendia-se ter controlo sobre variáveis sociolinguísticas, como se os informantes eram falantes nativos de PA ou se adquiriram o português como língua segunda, variáveis estas que se podiam controlar mais facilmente com um inquérito. Em segundo lugar, os referidos *corpora* contêm dados extraídos de diferentes tipos de produções linguísticas (textos escritos, interações conversacionais, etc.), mas pretendia-se ter a garantia de que os dados obtidos são dados de produção espontânea, o que limitava o universo de dados disponíveis nesses *corpora* passíveis de serem considerados. De facto, numa pesquisa tendo por base todos os dados de Angola disponíveis num dos referidos *corpus*, podia acontecer, por exemplo, que se observasse uma ocorrência generalizada do conjuntivo nalguns contextos sintáticos por as frases com esses contextos terem sido produzidas numa situação comunicativa de maior formalidade e onde os informantes usassem a norma europeia do português e, ainda hipoteticamente, estes dados poderiam coocorrer com dados recolhidos em situações comunicativas mais informais e onde os falantes mais facilmente não se sentissem pressionados pelo PE. Por contraste, a opção por um inquérito permite, pelo menos teoricamente, dar alguma garantia de que os resultados obtidos são produzidos numa situação em que os informantes não sentem a pressão de usar a norma padrão e, portanto, que são dados que se espera poderem trazer alguma luz sobre eventuais fatores que condicionarão a opção pelo uso do conjuntivo ou do indicativo por parte de falantes de PA. É certo que a opção por um inquérito não dá garantias absolutas de que os informantes não se sentem pressionados a usar o português padrão, mas pelo menos garante que todos os dados foram recolhidos no mesmo tipo de situação. É claro que, idealmente, os dados a trabalhar na presente dissertação seriam recolhidos, não com um inquérito, mas com recurso a gravações de conversas espontâneas entre falantes de PA. No entanto, esse método era, obviamente, impraticável, dada a necessidade de tempo e meios (humanos e materiais) necessários para a sua execução.

Pode aduzir-se ainda que, com um inquérito, há a garantia de que se obtêm dados contemplando o modo usado em todos os contextos sintáticos relevantes para o estudo, mas, à partida, não há garantia de que nos *corpora* referidos se tenha acesso, por exemplo, a todas as classes de verbos que se pretendem considerar no presente trabalho ou que para todas as classes de verbos haja atestações com verbos diferentes.

Assim, foi elaborado um inquérito, que se apresenta e descreve abaixo, que permite controlar as variáveis linguísticas a ter em conta. Por exemplo, no inquérito elaborado o número de orações completivas de expressões predicativas avaliativas (como *ser*

*pena* ou *lamentar*) é o mesmo que o de orações completivas de verbos volitivos (como *querer* ou *desejar*).

### 3.2. Estrutura do inquérito

Tendo em conta as propostas de explicação da distribuição dos modos conjuntivo e indicativo apresentadas no capítulo anterior, e dada a minha intuição de falante de PA de que nesta variedade do português se usa o conjuntivo ou o indicativo em frases em que em PE seria usado o outro modo, coloca-se a questão de saber se alguma dessas propostas de explicação permite descrever os dados do PA. Assim, o inquérito para recolha de dados foi elaborado por forma a permitir testar as seguintes hipóteses, decorrentes das explicações apresentadas no capítulo anterior:

Hipótese 1: irrealidade *vs* virtualidade (gramáticas tradicionais, Fonseca (1970), Guillaume (1969), ...) – A oposição entre o indicativo e o conjuntivo reflete a oposição entre a realidade / irrealidade ou atualidade / virtualidade (i.e., o indicativo ocorre nas frases que descrevem a realidade, o conjuntivo nas frases que descrevem situações que não se verificam ou que podem não se verificar no mundo real).

Hipótese 2: grau de crença (Solano-Araya (1982), Palmer (1986, 2013), Bell (1990), ...) – O indicativo está associado à expressão de um elevado grau de crença, o conjuntivo à ausência de crença ou a um grau fraco de crença.

Hipótese 3: veridicidade (Farkas (1992), Giannakidou (1994, 1999,...)) – O indicativo ocorre nos casos em que a proposição é tida como verdadeira num mundo possível, seja o mundo real ou outro mundo possível.

Hipótese 4: atitudes proposicionais (Marques, 1995, 2009,...) – o indicativo ocorre nas frases relativamente às quais é expressa uma atitude epistémica positiva (i.e., uma atitude de crença forte ou uma atitude de conhecimento), o conjuntivo ocorre nas frases que expressam outro tipo de atitude (seja uma atitude não epistémica, seja uma atitude epistémica de ausência de crença ou de crença fraca).

Para verificar se alguma destas hipóteses explica os dados do PA, elaborou-se o seguinte inquérito:



<b>Frases a completar</b>	
1	Você acusou o Pedro sem provas, por isso ----- (pedir) desculpas.
2	É difícil que o Ministro da Educação ----- (falar) para imprensa.
3	O noivo jura que ----- (estar) a garantir o futuro do seu lar.
4	Pouco provavelmente uma barata ----- (assustar) um homem.
5	O taxista garante que conhece bem o teu endereço, então ----- (subir) no táxi.
6	O patrão descobriu que o funcionário ----- (estar) a roubar a empresa.
7	Provavelmente a Isabel ----- (negar) essas acusações todas.
8	Você tem a dívida de 1000 kwanzas, então ----- (pagar) agora.
9	Cuidado com o sol, ----- (usar) um protetor solar.
10	Você praticou um crime, daí que ----- (poder) ser condenado.
11	A Inês pede que o Carlos ----- (cumprir) com o seu compromisso.
12	Desejo que a Ana ----- (ter) muita sorte na sua vida profissional.
13	O João quer que o António ----- (pagar) a conta da fatura dele.
14	O pedreiro receia que não ----- (terminar) a obra no prazo acordado.
15	Difícilmente o Carlos ----- (contar) o segredo aos seus amigos.
16	Primeiro-ministro garante que ----- (estar) a falar a verdade.
17	O ministro da Justiça disse que ----- (estar) a ser alvo da oposição.
18	Possivelmente o Paulo ----- (acreditar) na história dos dinossauros.
19	Faz de conta que o João ----- (estar) a jantar com os seus amigos.
20	Muito provavelmente esse criminoso ----- (confessar) o ato praticado.
21	A maria quando falava ao telefone fingiu que não ----- (estar) em casa.
22	O PR exigiu aos ministros que ----- (declarar) seus bens ao T. de Contas.
23	É certo que o Anselmo ----- (vir) atuar hoje no Coliseu em Lisboa.
24	Certamente (que) isso ----- (ser) punível por lei.
25	É bom que ----- (estar) a chover hoje.
26	O professor mandou aos seus alunos que ----- (resolver) a tarefa em casa.
27	O Diretor ordenou que o professor ----- (atribuir) nota administrativa ao aluno.
28	É pena que você não ----- (ser) angolano (seria, pelo menos, um Ministro).
29	Tudo é por culpa minha, por isso, reconheço que você ----- (ter) razão.
30	Depois de tantas dúvidas, constata-se que o Carlos ----- (ter) razão.
31	Até o júri bate palmas, vê que o par ----- (estar) a dançar muito bem.
32	É de lamentar que você ainda ----- (acreditar) nesses políticos malditos.
33	A inspeção nega que a polícia ----- (estar) envolvida nesse escândalo.
34	É possível que o professor ----- (solicitar) a anulação do exame.

35	Suponhamos que a minha candidatura ----- (estar) a ser avaliada agora.
36	Talvez você (que) não ----- (saber), mas o assunto é de domínio público.
37	É possível que a Berta ----- (chegar) hoje mesmo.
38	Vamos imaginar que a Ana ----- (ser) eleita Deputada à Assembleia Nacional.
39	Espero que o André ----- (conseguir) superar esses obstáculos.
40	É estranho que a Júlia ----- (chegar) à noite.
41	Estamos em crise, daí que ----- (ser) necessário poupar bem as economias.

**Quadro 7:** Parte 2, referente ao questionário para recolha de dados.

Como se pode observar, o inquérito é composto por duas partes. Na primeira parte recolhem-se dados para controlar variáveis extralinguísticas, como o perfil linguístico dos informantes (isto é, se o informante tem o português como L1 ou como L2) ou o seu grau de escolarização. A segunda parte é formada por um conjunto de frases que se pede ao informante que complete, preenchendo, em cada frase, o espaço em branco com o verbo que é indicado. Pode, assim, verificar-se em cada frase se o informante flexiona o verbo no indicativo ou no conjuntivo.

A primeira parte do inquérito dá a conhecer o intuito do trabalho que se leva a cabo, começando por informar a instituição universitária em que se desenvolve a pesquisa (a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), conferindo, desta forma, maior credibilidade do projeto diante do público-alvo, e salienta quer a garantia de anonimato quer que não se trata de um teste. Pretende-se desta forma que os informantes não se sintam pressionados a usar a linguagem que usariam numa situação formal, antes que produzam, em cada frase, o verbo flexionado no mesmo modo em que o flexionariam numa situação comunicativa informal. Ou seja, a informação que é dada no cabeçalho do questionário destina-se a que as respostas obtidas sejam genuínas e a evitar que os informantes se sintam pressionados a recorrer à norma padrão. Neste formulário não é necessário que o informante coloque o seu nome nem a idade, mas há um espaço em branco para o investigador colocar o código, apresentando-se seguidamente o pedido de fornecimento de dados pessoais do informante.

A segunda parte do inquérito é formada por um conjunto de frases que, no seu conjunto, permitirão testar as hipóteses acima elencadas, como se mostra abaixo. O conjunto de quarenta e uma frases do questionário é composto por quatro frases imperativas (as frases 1, 5, 8 e 9), nove frases declarativas não subordinadas (as frases 4, 7, 10, 15, 18, 20, 24, 36 e 41) e vinte e oito frases completivas de verbo ou de outro tipo de expressão predicativa.

As frases declarativas não subordinadas têm um advérbio de frase (como *provavelmente* ou *talvez*) ou são introduzidas pelo conector *daí que*. A inclusão destas estruturas sintáticas deveu-se à intuição de que em frases imperativas e em frases declarativas com advérbios de frase como *possivelmente* bem como em frases introduzidas por *daí que* há variação de modo entre PA e PE. Além disso, a inclusão no questionário de pares como *possivelmente / é possível (que)*<sup>14</sup> permite avaliar se, ao contrário do que se verifica em PE, em PA a presença do advérbio leva à seleção do mesmo modo que será selecionado em estruturas predicativas com o adjetivo correspondente.

Quanto às orações completivas, são consideradas no questionário orações completivas de verbos (ou outro tipo de expressão predicativa) dos seguintes grupos:

- (i) Verbos volitivos – *desejar, rezear, querer e esperar*. Em PE, estes verbos são regentes de conjuntivo.
- (ii) Verbos deônticos – *mandar, ordenar, exigir e pedir*. Em PE, estes verbos são regentes do conjuntivo.
- (iii) Expressões predicativas que expressam a avaliação de um facto – *ser pena, ser bom, ser de lamentar e ser estranho*. Em PE, estas expressões predicativas são regentes de conjuntivo.
- (iv) Expressões predicativas que indicam possibilidade epistémica (i.e., indicam que a oração completiva pode ser verdadeira ou não o ser) – *ser certo, ser possível e ser difícil*. Em PE, a primeira destas expressões predicativas é regente de indicativo e as outras duas regem o conjuntivo.
- (v) Verbos de afirmação (ou “verbos declarativos”) – *garantir, dizer, jurar e negar*. Em PE, os três primeiros destes verbos selecionam o indicativo e o verbo *negar* seleciona o conjuntivo.
- (vi) Verbos (ou outras expressões predicativas) ficcionais – *fazer de conta, fingir, supor e imaginar*. Em PE, estes verbos selecionam o indicativo.
- (vii) Verbos que indicam conhecimento – *descobrir, reconhecer, constatar e ver*. Em PE são regentes de indicativo.

A relação entre as hipóteses acima elencadas e as frases consideradas no questionário pode mostrar-se na seguinte tabela:

<sup>14</sup> É de salientar que as frases do inquérito foram desenhadas à luz da realidade linguística de Angola, em que tanto na expressão “é possível” como “possivelmente” podem ser seguidas de “que”. É frequente ouvir-se dizer: *é possível que...* e *possivelmente que...*

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Tipos de oração		Modo previsto pelas hipóteses				
		Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 4	
Imperativas	1	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	5	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	8	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	9	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
Declarativas não subordinadas	4	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	7	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	10	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Conjuntivo	
	15	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	18	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	20	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	24	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	Conjuntivo	
	36	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	
Completivas	Grupo (i)	12	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		13	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		14	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		39	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
	Grupo (ii)	11	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		22	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		26	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		27	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
	Grupo (iii)	25	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Conjuntivo
		28	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Conjuntivo
		32	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Conjuntivo
		40	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Conjuntivo
	Grupo (iv)	2	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		23	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		34	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
		37	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
	Grupo (v)	3	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		16	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		17	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		33	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo	Conjuntivo
	19	Conjuntivo	Conjuntivo	Indicativo	Indicativo	

	Grupo (vi)	21	Conjuntivo	Conjuntivo	Indicativo	Indicativo
		35	Conjuntivo	Conjuntivo	Indicativo	Indicativo
		38	Conjuntivo	Conjuntivo	Indicativo	Indicativo
	Grupo (vii)	6	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		29	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		30	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo
		31	Indicativo	Indicativo	Indicativo	Indicativo

**Quadro 8:** Predições decorrentes das quatro hipóteses consideradas.

Se bem que as várias hipóteses em consideração façam a mesma previsão no que respeita ao modo usado nalgumas frases, para outras frases diferentes hipóteses levam a diferentes previsões. Para explicitar melhor as previsões decorrentes de cada uma das hipóteses consideradas, veja-se cada grupo de frases consideradas no questionário.

Relativamente às frases imperativas, a hipótese 1 prevê que seja o conjuntivo o modo usado nestas frases porque a oração imperativa não descreve um facto da realidade. Além disso, as frases imperativas também não indicam que a situação que descrevem é tida como verdadeira para alguém. Por conseguinte, também as hipóteses 2-4 levam à previsão de que neste contexto ocorra o conjuntivo e não o indicativo.

Quanto às frases declarativas não subordinadas, nalguns casos as previsões associadas a cada uma das hipóteses são menos evidentes.

Nas frases 10 e 41, iniciadas por *daí que*, a oração introduzida por este conector descreve uma situação da realidade. Logo, a hipótese 1 leva à previsão de que este seja um contexto de ocorrência do indicativo, tal como as hipóteses 2 e 3, já que a frase indica que a oração é tida como verdadeira pelo enunciador. Quanto à hipótese 4, pode levar à previsão de que neste contexto seja selecionado o indicativo porque, como em qualquer frase declarativa independente, ao asserir a frase, o enunciador expressa a sua crença na verdade da mesma, pelo que se pode dizer que a atitude que é expressa para com a proposição é de natureza epistémica (é uma atitude de crença). No entanto, o conector *daí que* tem um valor consequencial. Expressa uma relação de causa-consequência entre as duas orações que liga. Assim, embora, como já referido, ao asserir a frase, o enunciador expresse a sua crença na verdade da mesma, também veicula valores de outra ordem (o valor de consequência), pelo que não se pode dizer que a asserção de uma frase com *daí que* se limite a expressar a crença, do falante, na verdade da mesma. Dado que, de acordo com a hipótese 4, o indicativo ocorre nos casos em que se indica exclusivamente que alguém tem a frase como verdadeira e que em frases in-

introduzidas por *daí que* a crença na verdade da proposição não é o único valor expresso para com a mesma, a hipótese 4 leva à previsão de este contexto seja um contexto de ocorrência do conjuntivo.

Quanto às restantes frases declarativas não subordinadas consideradas no inquérito, todas as hipóteses levam à previsão de que seja o conjuntivo o modo usado nas frases introduzidas por *talvez*, já que a oração não descreve um facto nem uma situação que se indica ser verdadeira para alguém. O mesmo se pode dizer a respeito das frases 4 e 15, que contêm uma expressão adverbial (*pouco provavelmente* e *difícilmente*, respetivamente) que indica descrença na verdade da proposição. Já as restantes frases, com advérbios ou expressões adverbiais que indicam um grau de crença mais forte, a hipótese (i) leva à previsão de que seja selecionado o conjuntivo, já que, mesmo no caso da frase 24, com o advérbio *certamente*, a situação que a frase descreve não é apresentada como um facto. Ou seja, qualquer destas frases indica algum grau de incerteza, admite a possibilidade de a frase ser falsa. Por isso, pode considerar-se que também as hipóteses 3 e 4 levam à previsão de que nestas frases seja selecionado o conjuntivo, na medida em que nenhuma das frases permite deduzir que a frase sob o escopo do advérbio é tida como verdadeira para alguma entidade. Pelo contrário, a hipótese 2 prevê que nestes contextos seja selecionado o indicativo, já que se expressa um grau de crença forte na verdade da proposição.

Finalmente, no que respeita às orações completivas, nas frases dos grupos (i), cujos verbos da matriz indicam desejo, *desejar* e *temer*, e (ii), com verbos deônticos, *mandar*, *exigir*, e *pedir*, todas as hipóteses levam à previsão de que seja selecionado o conjuntivo, já que a oração complemento não descreve um facto nem o verbo matriz veicula um grau de crença na verdade da oração completiva. Igualmente, todas as hipóteses preveem o uso do conjuntivo nas frases do grupo (iv), com as expressões predicativas *ser difícil* e *ser possível*, que não veiculam um grau de crença elevado na verdade da proposição. Já na frase 23, do mesmo grupo, com a expressão predicativa *é certo*, todas as hipóteses preveem o uso do indicativo, já que esta expressão predicativa indica que a oração completiva descreve um facto e expressa conhecimento do mesmo.

Quanto às frases dos grupos (iii) e (vii), com predicados factivos na frase matriz, as três primeiras hipóteses levam à previsão do uso do indicativo em todos os casos, já que a oração completiva descreve um facto da realidade, enquanto a hipótese 4 prevê o uso do conjuntivo nas frases do grupo (iii) e do indicativo nas do grupo (vii) porque nas primeiras, ao contrário das segundas, a atitude expressa para com a proposição completiva não é de natureza epistémica. No que respeita às frases do grupo (v), com verbos

declarativos, as três últimas hipóteses preveem que nas orações completivas dos verbos *jurar*, *garantir* e *dizer* ocorra o indicativo, porque veiculam a informação de que a entidade referida pelo sujeito da frase matriz tem a oração completiva como verdadeira, e preveem que seja o conjuntivo o modo selecionado em orações completivas do verbo *negar* porque este verbo indica ausência de crença da parte da mesma entidade na verdade da oração completiva. As previsões relativas à hipótese 1 são menos claras no que respeita a este grupo de verbos porque não se pode dizer sem mais que a oração completiva descreve a realidade ou que não descreve. Pode-se considerar que as previsões desta hipótese são as mesmas que as das restantes porque os verbos desta classe remetem para a descrição da realidade de acordo com a entidade referida pelo sujeito da frase matriz. Ainda assim, há a ter em conta que a oração completiva de qualquer destes verbos não corresponde necessariamente a uma descrição da realidade (pode-se dizer que as coisas são de determinada forma e estar-se enganado). De qualquer forma, o valor *irrealis* é claramente mais evidente em predicados de ficção, como *fazer de conta* ou *fingir*, que formam o grupo (vi). Com estes predicados, quer a hipótese 1 quer a hipótese 2 levam à previsão do uso do conjuntivo já que a oração completiva não descreve a realidade nem permitem inferir que alguém acredita que a oração é verdadeira na realidade. Pelo contrário, a hipótese 3 leva à previsão de que nestas orações ocorra o indicativo, já que estes predicados são verídicos: indicam que a proposição completiva é verdadeira no cenário fictício que introduzem. Como, além disso, estes predicados não expressam outro valor para com a proposição completiva, também a hipótese 4 prevê que seja o indicativo o modo usado nas suas orações completivas.

### 3.3. Aplicação do inquérito

Nesta secção apresenta-se o enfoque genérico de como o inquérito foi conduzido. Inicialmente, é apresentado o universo da população-alvo à qual foi aplicado o inquérito, aduzindo-se de seguida os perfis sociolinguísticos e académicos dos informantes e a localização geográfica onde o inquérito foi aplicado.

O universo da população a que o inquérito foi aplicado é diversificado. Para a aplicação do inquérito, houve a necessidade de ir às escolas secundárias e às universidades, onde interpelei os sujeitos aleatoriamente. A razão que me levou a aplicar o inquérito aos estudantes prende-se fundamentalmente com o facto de que a população estudantil se mostrava mais disponível para responder às perguntas do que qualquer outra população. Não obstante, houve ainda a possibilidade de aplicar o inquérito a outros informantes que não faziam parte do leque da população-alvo referida acima. Ou seja, teve-se também o cuidado de aplicar o inquérito a alguns sujeitos (desconhecidos) que não tenham frequentado um desses níveis de escolaridade e que fui interpellando nas ruas e praças públicas das cidades. Para estes informantes, bastava saberem ler e escrever para poderem proceder ao preenchimento do formulário que lhes era entregue.

Relativamente ao resultado da aplicação do inquérito, o número de sujeitos interpellados é de 92, dos quais se excluiu um total de 6 informantes, por terem preenchido apenas alguns dados, ficando a maior parte de informação por prestar. Obteve-se, assim, um número de 86 informantes com inquéritos validados.

Estes 86 informantes distribuem-se da seguinte maneira:

- Informantes que frequentam o Ensino Superior: 55;
- Informantes que frequentam o Ensino Secundário do II Ciclo: 25;
- Informantes sem um nível académico: 6.

A sua distribuição por província é a seguinte:

<b>Perfil académico dos informantes de Benguela</b>			
Com nível académico		Sem nível académico	<b>Total</b>
Ensino Superior	Ensino S. IIº Ciclo		
11	7	0	18

**Quadro 9:** variável “perfil académico” dos informantes de Benguela

<b>Perfil académico dos informantes da Huíla</b>			
Com nível académico		Sem nível académico	<b>Total</b>
Ensino Superior	Ensino S. IIº Ciclo		
15	5	0	20

**Quadro 10:** variável “perfil académico” dos informantes da Huíla

<b>Perfil académico dos informantes de Luanda</b>			
Com nível académico		Sem nível académico	<b>Total</b>
Ensino Superior	Ensino S. IIº Ciclo		
15	15	6	36

**Quadro 11:** variável “perfil académico” dos informantes de Luanda

<b>Perfil académico dos informantes da Lunda Norte</b>			
Com nível académico		Sem nível académico	<b>Total</b>
Ensino Superior	Ensino S. IIº Ciclo		
12	0	0	12

**Quadro 12:** variável “perfil académico” dos informantes da Luanda Norte

Em termos de género, 51 dos informantes são do género masculino e 35 do género feminino.

Já em termos etários, deve-se dizer, como o questionário acima mostra, que se evitou a variável “idade”, porque muitos dos informantes (senão mesmo todos) escusavam-se em dizer o nome e a idade, mas todos são adultos.

O processo da recolha de dados, desde a planificação e todos os preparativos, começou no mês de janeiro de 2015 e foi concluído no mês de maio do mesmo ano, em Angola. Por motivos logísticos, não me foi possível fazer a cobertura de todo o país (visto que é um país de dimensão territorial bastante vasta), tendo sido aplicado em cidades de quatro províncias: província de Benguela: 18<sup>15</sup> inquéritos; Huíla: 20 inquéri-

<sup>15</sup> A província de Benguela é a única onde se teve a oportunidade de aplicar o inquérito em outras localidades, nomeadamente Cubal, Ganda e Lobito, que são municípios da respetiva província, além da cidade capital: Benguela.

tos; Luanda: 36 inquéritos e província da Lunda-Norte<sup>16</sup>: 12 inquéritos. É de acentuar que não há uma razão específica que esteja na base da escolha destas quatro províncias. Houve apenas a tentativa de diversificação do campo de recolha dos dados e o aproveitamento de oportunidades logísticas (mesmo que exíguas).

### **3.4. Dificuldades durante a recolha dos dados**

Foram muitas as dificuldades encontradas ao longo da realização do trabalho de campo, visto que poucos eram os informantes que se disponibilizavam para responder ao inquérito. Por exemplo, alguns tinham receio de errar na escrita ou na fala (no ato de uma conversa preliminar), pensando que eram alvos de uma avaliação linguística. Estas e outras dificuldades encontradas no trabalho de campo levaram-me a tomar nova postura no que diz respeito à população-alvo, e a centrar a aplicação do inquérito apenas a estudantes do ensino secundário do segundo ciclo e a estudantes universitários, visto que estes dois grupos são compostos por indivíduos que mais facilmente compreendiam o objetivo e se voluntariavam a colaborar. Contudo, e como acima já mencionei, houve algumas pessoas que preencheram o inquérito sem que pertençam a nenhum dos dois grupos académicos.

Os dados recolhidos e a respetiva análise são apresentadas nos capítulos que se seguem.

---

<sup>16</sup> Não obstante o número reduzido de sujeitos interpelados, a escolha dessa província é para mim especial, dada a relativa facilidade de mobilidade que a cidade do Dundo oferece e a facilidade de interpelar os informantes (estudantes), na medida em que é nessa cidade do Dundo, capital da província da Lunda-Norte, onde trabalho há mais de 15 anos como docente da Escola de Formação de Professores (ex-IPN – Instituto Politécnico do Nordeste), facto que me ajudou muito neste processo de recolha de dados.

## **Capítulo IV: Resultados – apresentação dos dados obtidos**

No presente capítulo, apresentam-se os dados resultantes da aplicação do inquérito desenvolvido para a recolha de dados efetuada no campo (em Angola).

Nesta apresentação dos dados, será feita uma descrição geral dos mesmos, tendo em conta as variáveis linguísticas (tipologia de orações, tipologia de verbos usados na frase matriz,) e as variáveis extralinguísticas tidas em consideração, particularmente no que respeita à variação geográfica, considerando-se as quatro províncias onde se fez a recolha.

### **4.1. Dados pessoais dos informantes**

No capítulo acima, deu-se a informação acerca das localidades e do número de sujeitos que prestaram a informação recolhida através do inquérito. Nesta secção, dá-se a informação mais detalhada relativa aos dados pessoais dos referidos informantes.

Os dados relativos ao perfil sociolinguístico dos informantes revelam que todos os sujeitos interpelados têm o PA como sua língua de comunicação diária (como era de esperar, por isso conseguiram responder ao questionário), sem que este dado implique, obviamente, que o português seja a sua língua materna. É de realçar também que a maior parte dos informantes é bilingue, tendo como sua L1 ou o PA ou uma língua bantu, embora estes últimos sejam em menor número. Apresenta-se, de seguida, a informação mais pormenorizada: do total de 86 sujeitos, 74 têm o PA como sua L1, 12 têm uma língua bantu como sua L1. No universo deste número global de informantes, destacam-se 12 informantes que têm o PA como sua L2 e 4 informantes que são monolingues, ou seja, são informantes que afirmaram que só falam o português, não falando nenhuma língua bantu. Em síntese:

- 74 informantes têm o PA como L1, dos quais 4 são falantes monolingues de PA
- 12 informantes têm uma língua Bantu como L1 e o PA como L2

Dado que o número de informantes que têm o PA como L2 é residual comparativamente ao número de falantes nativos de PA, na análise dos resultados obtidos não se discriminará entre falantes nativos de PA e falantes que têm o PA como L2.

Quanto ao perfil académico, os dados fornecidos pelos informantes revelam que não há uniformidade. Do total de 86 informantes, 6 informaram que não têm um nível de escolaridade, mas sabem ler e escrever, por isso, mostraram-se disponíveis para responder ao questionário. Outros 25 informantes têm ou frequentam o Ensino secundário do IIº Ciclo (ESIIC) e os restantes 55 têm ou frequentam o Ensino Superior (ES).

Ainda, relativamente ao universo global de 86 informantes, 35 são do sexo feminino (F) e os outros 51 do sexo masculino (M).

Naturalmente, o número de informantes é relativamente exíguo, não representando cabalmente os cerca de 25 milhões de angolanos, mas os dados recolhidos podem dar pistas aceitáveis sobre o estado atual do PA.

#### 4.2. Resultados por província (distribuição dos dados por províncias)

Recordando o aludido no capítulo III, relativamente às linhas orientadoras para a recolha dos dados, informou-se aí que o inquérito foi desenvolvido para ser aplicado em Angola. Por isso, os resultados obtidos são considerados como o reflexo da realidade linguística deste país africano. Porém, para tornar mais clara a leitura ou interpretação dos resultados que abaixo são expostos, preferi apresentá-los de uma forma separada, em função da região, cidade ou província onde os sujeitos prestaram a informação. A apresentação das localidades obedece meramente à ordem alfabética.

##### 4.2.1. Benguela

Como ficou dito no capítulo anterior, Benguela é a única província onde se conseguiu recolher dados em diversas cidades, tendo-se obtido resposta de 18 informantes, 7 dos quais na cidade capital de Benguela, 5 em Lobito, 3 em Cubal e igualmente 3 em Ganda.

Seguem-se os quadros com a apresentação dos resultados obtidos nesta província. Por razões de simplificação da leitura dos dados, apresenta-se um quadro para cada tipo de oração considerado no inquérito. A leitura dos dados será feita mais à frente, no capítulo seguinte, apresentando-se agora apenas os dados obtidos pela aplicação do inquérito.

Orações imperativas	Frase n <sup>o</sup> 17	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	1	6	12	18
	5	0	18	
	8	12	6	
	9	0	18	
Total		18	54	

**Quadro 13:** resultados referentes às orações imperativas (Benguela).

Quanto a orações declarativas não subordinadas, obtiveram-se os seguintes resultados:

<sup>17</sup> Número corresponde à frase do questionário aplicado no campo. Para uma informação mais detalhada, ver capítulo III.

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Orações declarativas não subordinadas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	4	15	3	<b>18</b>
	7	13	5	
	10	18	0	
	15	18	0	
	18	12	6	
	20	9	9	
	24	12	6	
	36	7	11	
	41	9	9	
Total		113	49	

**Quadro 14:** resultados referentes às orações declarativas não subordinadas (Benguela).

Nesta classe de orações, os resultados obtidos não são equilibrados entre o indicativo e o conjuntivo. Os sujeitos mostraram-se mais sensíveis em selecionar o indicativo que o conjuntivo.

Quanto às orações completivas, como se viu acima, constituem 7 grupos distintos, em conformidade com as classes de verbos ou de expressões predicativas consideradas (*cf.* Cap. III).

No que respeita às orações completivas do grupo (i), orações completivas dos verbos *desejar*, *querer*, *recear* e *esperar*, obteve-se os seguintes resultados:

Orações completivas do grupo (i)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	12	6	12	<b>18</b>
	13	6	12	
	14	8	10	
	39	9	9	
Total		29	43	

**Quadro 15:** resultados referentes às orações completivas do grupo (i) (Benguela).

- a) Relativamente ao grupo (ii), formado pelas orações completivas dos verbos *pedir*, *exigir*, *mandar* e *ordenar*, os resultados obtidos são os seguintes:

Orações completivas do grupo (ii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	11	2	16	<b>18</b>
	22	4	14	
	26	8	10	
	27	0	18	
Total		14	57	

**Quadro 16:** resultados referentes às orações completivas do grupo (ii) (Benguela).

O Grupo (iii) é formado pelas orações completivas de expressões predicativas avaliativas, tendo sido contempladas no inquérito as expressões *ser bom*, *ser pena*, *ser de lamentar* e *ser estranho*. Obtiveram-se em Benguela os seguintes resultados:

Orações completivas do grupo (iii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	25	3	15	<b>18</b>
	28	16	2	
	32	12	6	
	40	8	10	
		39	34	

**Quadro 17:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iii) (Benguela).

Resultados dos dados recolhidos em Benguela, relativos às orações completivas do grupo (iv), orações completivas de expressões predicativas que indicam possibilidade epistémica (*i.e.*, indicam que a oração completa pode ser verdadeira ou não o ser) – *ser certo*, *ser possível* e *ser difícil*:

Orações completivas do grupo (iv)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	2	0	18	<b>18</b>
	23	4	14	
	34	16	2	
	37	0	18	
Total		20	52	

**Quadro 18:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iv) (Benguela).

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Resultados dos dados recolhidos, relativos às orações completivas do grupo (v), formado por orações completivas de verbos de afirmação (ou “verbos declarativos”) – *garantir, dizer, jurar e negar*:

Orações completivas do grupo (v)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	3	11	7	<b>18</b>
	16	12	6	
	17	13	5	
	33	9	9	
Total		45	27	

**Quadro 19:** resultados referentes às orações completivas do grupo (v) (Benguela).

Resultados dos dados recolhidos, relativos às orações completivas do grupo (vi), formado por orações completivas de expressões predicativas ficcionais – *fazer de conta, fingir, supor e imaginar*:

Orações completivas do grupo (vi)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	19	18	0	<b>18</b>
	21	18	0	
	35	14	4	
	38	11	7	
Total		61	11	

**Quadro 20:** resultados referentes às completivas do grupo (vi) (Benguela).

Como se vê no quadro acima, os dados relativos a estas orações mostram que 100% dos sujeitos selecionaram o indicativo nas frases (19) e (21) do inquérito, enquanto nas outras frases ambos os modos foram usados, embora o indicativo tenha sido maioritariamente selecionado.

Resultados dos dados recolhidos, relativos às orações completivas do grupo (vii), orações completivas de verbos que indicam conhecimento – *descobrir, reconhecer, constatar e ver*:

Orações completivas do grupo (vii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	6	18	0	<b>18</b>
	29	14	4	
	30	15	3	
	31	0	18	
Total		47	9	

**Quadro 21:** resultados referentes às completivas do grupo (vii) (Benguela).

Como o quadro mostra, os informantes de Benguela selecionaram apenas o indicativo nas frases (6) e (31), ao passo que nas frases (29) e (30) usaram os dois modos, com maior predominância do indicativo.

#### 4.2.2. Huíla

Na província da Huíla, obteve-se um número de vinte inquiridos, que forneceram os dados que se apresentam de seguida.

Em orações imperativas, os informantes mostraram maior tendência em selecionar o conjuntivo, cuja ocorrência é de 100% nas frases (5) e (9), enquanto na frase (1) são relativamente equilibrados os números de ocorrência do conjuntivo e do indicativo. Já o indicativo é o modo mais selecionado na frase (8), tendo obtido 12 ocorrências, como o quadro abaixo ilustra:

Orações imperativas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	1	6	14	20
	5	0	20	
	8	12	8	
	9	0	20	
Total		18	62	

**Quadro 22:** resultados referentes às orações imperativas (Huíla).

Relativamente às orações declarativas não subordinadas, o indicativo é o modo mais selecionado pelos informantes da província da Huíla, com um total de 113 ocorrências, ao passo que o conjuntivo obteve 67 ocorrências, como o quadro abaixo mostra:

Orações declarativas não subordinadas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	4	17	3	20
	7	14	6	
	10	20	0	
	15	17	3	
	18	13	7	
	20	9	11	
	24	5	15	
	36	4	16	
	41	14	6	
Total		113	67	

**Quadro 23:** resultados referentes às orações declarativas não subordinadas (Huíla).

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Em orações completivas do grupo (i), orações completivas de verbos volitivos, *desejar, querer, rezear e esperar*, no grupo de informantes de Huíla o conjuntivo é o modo mais usado, sendo exceção a frase 14, na qual o número de ocorrências do indicativo é igual ao do conjuntivo:

Orações completivas do grupo (i)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	12	1	19	20
	13	1	19	
	14	10	10	
	39	3	17	
Total		15	65	

**Quadro 24:** resultados referentes às orações completivas do grupo (i), (Huíla).

Nas orações completivas do grupo (ii), completivas de verbos deônticos, obtiveram-se os resultados abaixo indicados. O indicativo é o modo menos selecionado pelos sujeitos inquiridos, com apenas duas ocorrências na frase (11), frase com uma oração completiva do verbo *pedir*, e uma ocorrência na frase (22), com o verbo *exigir* na frase matriz:

Orações completivas do grupo (ii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	11	2	18	20
	22	1	19	
	26	0	20	
	27	0	20	
Total		3	77	

**Quadro 25:** resultados referentes às orações completivas do grupo (ii), (Huíla).

Relativamente às orações completivas do grupo (iii), completivas de expressões predicativas avaliativas, os resultados obtidos são díspares, havendo uma maior tendência para o uso do indicativo, com exceção da frase (25), com a expressão predicativa *ser bom*, em que há um maior número de ocorrências do conjuntivo:

Orações completivas do grupo (iii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	25	4	16	20
	28	19	1	
	32	14	6	
	40	18	2	
Total		55	25	

**Quadro 26:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iii) (Huíla).

Em orações completivas do grupo (iv), orações completivas de expressões predicativas que indicam possibilidade epistémica, como *ser difícil que*, *ser certo que* e *ser possível que*, os dados obtidos na província da Huíla são os seguintes:

Orações completivas do grupo (iv)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	2	0	20	20
	23	14	6	
	34	2	18	
	37	0	20	
Total		16	64	

**Quadro 27:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iv) (Huíla).

Quanto às orações completivas do grupo (v), orações completivas de verbos de afirmação, como *jurar*, *garantir*, *dizer* e *negar*, são orações em que predominantemente ocorre o indicativo, com 74 ocorrências, existindo apenas 6 de conjuntivo, como se pode confirmar no quadro abaixo:

Orações completivas do grupo (v)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	3	20	0	20
	16	19	1	
	17	19	1	
	33	16	4	
Total		74	6	

**Quadro 28:** resultados referentes às orações completivas do grupo (v) (Huíla).

No que respeita aos dados recolhidos referentes a orações completivas do grupo (vi), completivas de expressões ficcionais, verifica-se na generalidade das frases uma preferência pelo indicativo embora o conjuntivo também tenha sido usado, sobretudo nas frases (35), com seis ocorrências, e (38), com doze ocorrências, um número superior ao dos usos de indicativo nesta frase:

Orações completivas do grupo (vi)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	19	18	2	20
	21	17	3	
	35	14	6	
	38	8	12	
Total		57	23	

**Quadro 29:** resultados referentes às orações completivas do grupo (vi), (Huíla).

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Também nas orações completivas do grupo (vii), completivas de verbos epistémicos, globalmente predomina o indicativo, embora nas frases 29 e 30, com orações completivas dos verbos *reconhecer* e *constatar*, respetivamente, o número de ocorrências do indicativo não seja significativamente superior ao do conjuntivo:

Orações completivas do grupo (vii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	6	18	2	20
	29	11	9	
	30	11	9	
	31	20	0	
Total		60	20	

**Quadro 30:** resultados referentes às orações completivas do grupo (vii), (Huíla).

#### 4.2.3. Luanda

Como é sabido, Luanda é a capital de Angola e é a cidade angolana com maior número de habitantes. É a localidade onde se obteve um número mais elevado de informantes, no total de 36. Os dados recolhidos nesta província são apresentados de seguida.

Em orações imperativas o indicativo teve um total de 62 ocorrências e o conjuntivo 82. Ou seja, globalmente, o conjuntivo foi o modo mais selecionado nestas frases, embora os resultados não mostrem uma clara preferência pelo uso do conjuntivo nestas orações:

Orações imperativas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	1	13	23	36
	5	14	22	
	8	20	16	
	9	15	21	
Total		62	82	

**Quadro 31:** resultados referentes às orações imperativas (Luanda).

Relativamente ao grupo de orações declarativas não subordinadas, os resultados mostram que o indicativo é o modo com maior predominância. Ou seja, no total destas 9 frases o indicativo ocorreu num total de 203 respostas e o conjuntivo teve apenas 101 ocorrências, como se pode observar no quadro abaixo:

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Orações declarativas não subordinadas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	4	28	8	36
	7	27	9	
	10	36	0	
	15	34	2	
	18	30	6	
	20	29	7	
	24	6	30	
	36	14	22	
	41	19	17	
Total		223	101	

**Quadro 32:** resultados referentes às orações declarativas não subordinadas (Luanda).

Os dados referentes às orações completivas do grupo (i), completivas de verbos volitivos, os inquéritos aplicados em Luanda mostram que o indicativo foi o modo menos selecionado pelos informantes, existindo uma clara preferência pelo conjuntivo, em todas as frases deste grupo:

Orações completivas do grupo (i)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	12	0	36	36
	13	8	28	
	14	12	24	
	39	4	32	
Total		24	120	

**Quadro 33:** resultados referentes às orações completivas do grupo (i) (Luanda).

Quanto às orações completivas do grupo (ii), completivas de verbos deônticos, os resultados de Luanda são os seguintes:

Orações completivas do grupo (ii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	11	6	30	36
	22	6	30	
	26	3	33	
	27	4	32	
Total		19	125	

**Quadro 34:** resultados referentes às orações completivas do grupo (ii), (Luanda).

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Relativamente às orações completivas do grupo (iii), completivas de expressões predicativas avaliativas, os dados recolhidos em Luanda apresentam-se da seguinte forma:

Orações completivas do grupo (iii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	25	13	23	36
	28	20	16	
	32	12	24	
	40	29	7	
Total		74	70	

**Quadro 35:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iii) (Luanda).

As orações completivas do grupo (iv) são orações completivas de expressões predicativas que indicam possibilidade epistémica. Os dados relativos a este grupo de frases recolhidos em Luanda são os seguintes:

Orações completivas do grupo (iv)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	2	8	28	36
	23	11	25	
	34	10	26	
	37	9	27	
Total		38	106	

**Quadro 36:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iv) (Luanda).

Quanto a orações completivas de verbos de afirmação, completivas do grupo (v), obtiveram-se os seguintes resultados em Luanda:

a) Orações completivas do grupo (v)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	3	35	1	36
	16	36	0	
	17	36	0	
	33	31	5	
Total		138	6	

**Quadro 37:** resultados referentes às orações completivas do grupo (v) (Luanda).

Relativamente às orações completivas de expressões predicativas ficcionais, grupo (vi), em Luanda os resultados foram os seguintes:

Orações completivas do grupo (vi)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	19	34	2	36
	21	36	0	
	35	25	11	
	38	32	4	
Total		127	17	

**Quadro 38:** resultados referentes às orações completivas do grupo (vi) (Luanda).

Finalmente, a respeito das orações completivas do grupo (vii), orações completivas de verbos epistémicos, obtiveram-se os seguintes dados nos inquéritos aplicados em Luanda:

Orações completivas do grupo (vii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	6	35	1	36
	29	24	12	
	30	30	6	
	31	36	0	
Total		125	19	

**Quadro 39:** resultados referentes às orações completivas do grupo (vii) (Luanda).

#### 4.2.4. Lunda Norte

Apesar de ter o privilégio de exercer as minhas atividades profissionais nesta província, concretamente na cidade do Dundo, capital da Lunda Norte, os resultados obtidos nesta cidade são os mais exíguos, comparativamente às outras províncias de Angola. Trata-se, no total, de 12 informantes, que se disponibilizaram para responder ao questionário, tendo os doze inquéritos sido validados. Apresentam-se de seguida os dados obtidos nesta província.

Em orações imperativas, o indicativo foi o modo mais usado, tendo o conjuntivo tido pouca expressão:

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Orações imperativas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	1	4	8	12
	5	5	7	
	8	6	6	
	9	5	7	
Total		20	28	

**Quadro 40:** resultados referentes às orações imperativas (Lunda Norte).

Em orações declarativas não subordinadas, obteve-se o seguinte resultado:

Orações declarativas não subordinadas	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	4	9	3	12
	7	9	3	
	10	12	0	
	15	10	2	
	18	8	4	
	20	6	6	
	24	3	9	
	36	6	6	
	41	6	6	
Total		69	39	

**Quadro 41:** resultados referentes às orações declarativas não subordinadas (Lunda Norte).

Em orações completivas do grupo (i), completivas de verbos volitivos, os resultados mostram uma clara preferência pelo conjuntivo:

Orações completivas do grupo (i)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	12	0	12	12
	13	2	10	
	14	5	7	
	39	0	12	
Total		7	41	

**Quadro 42:** resultados referentes às orações completivas do grupo (i) (Lunda Norte).

Igualmente no que respeita às orações completivas do grupo (ii), completivas de verbos deônticos, o conjuntivo foi o modo preferencial:

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Orações completivas do grupo (ii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	11	2	10	12
	22	2	10	
	26	1	11	
	27	0	12	
		5	43	

**Quadro 43:** resultados referentes às orações completivas do grupo (ii) (Lunda Norte).

Quanto às orações completivas do grupo (iii), completivas de expressões predicativas avaliativas, o conjuntivo foi também usado em maior número, embora os resultados sejam menos expressivos:

Orações completivas do grupo (iii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	25	4	8	12
	28	4	8	
	32	8	4	
	40	1	11	
		17	31	

**Quadro 44:** resultados referentes às orações completivas grupo (iii) (Lunda Norte).

Já em orações completivas de expressões predicativas que indicam possibilidade epistémica, os dados relativos à escolha entre o conjuntivo e o indicativo são mais equilibrados:

Orações completivas do grupo (iv)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	2	4	8	12
	23	8	4	
	34	3	9	
	37	3	9	
	Total	18	30	

**Quadro 45:** resultados referentes às orações completivas do grupo (iv) (Lunda Norte).

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

Em orações completivas do grupo (v), completivas de verbos de afirmação, o indicativo foi o modo mais usado:

Orações completivas grupo (v)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	3	12	0	12
	16	11	1	
	17	12	0	
	33	8	4	
Total		43	5	

**Quadro 46:** resultados referentes às orações completivas grupo (v) (Lunda Norte).

Quanto às orações completivas de expressões ficcionais, grupo (vi), os resultados obtidos em Lunda Norte são os seguintes:

Orações completivas grupo (vi)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	19	9	3	12
	21	12	0	
	35	7	5	
	38	1	11	
Total		29	19	

**Quadro 47:** resultados referentes às orações completivas grupo (vi) (Lunda Norte).

Finalmente, no que respeita a orações completivas de verbos epistémicos, há uma clara tendência para usar o indicativo, embora ocorram nos inquéritos aplicados em Lunda Norte atestações de conjuntivo:

Orações completivas grupo (vii)	Frase nº	Modo selecionado (número de ocorrências)		Total de informantes
		Indicativo	Conjuntivo	
	6	11	1	12
	29	7	5	
	30	9	3	
	31	12	0	
Total		39	9	

**Quadro 48:** resultados referentes às orações completivas do grupo (vii) (Lunda Norte).

### **4.3. Resultados globais**

Feita a apresentação por província dos dados obtidos pela aplicação do inquérito, pode observar-se que os dados recolhidos não revelam, globalmente, diferenças significativas entre regiões no que respeita ao uso dos modos indicativo ou conjuntivo. Ainda assim, para algumas frases observa-se que numa região houve um maior número de ocorrências de um dos modos, enquanto nas outras regiões o modo alternativo foi mais usado. É o que mostra o quadro seguinte, que agrupa os dados apresentados acima:

		Benguela		Huíla		Luanda		Lunda Norte	
Tipo de oração	Frase n <sup>o</sup>	Indicativo	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo
Orações imperativas	1	6	12	6	14	13	23	4	8
	5	0	18	0	20	14	22	5	7
	8	12	6	12	8	20	16	6	6
	9	0	18	0	20	15	21	5	7
<b>Total</b>		<b>18</b>	<b>54</b>	<b>18</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>82</b>	<b>20</b>	<b>28</b>
Orações declarativas não subordinadas	4	15	3	17	3	28	8	9	3
	7	13	5	14	6	27	9	9	3
	10	18	0	20	0	36	0	12	0
	15	18	0	17	3	34	2	10	2
	18	12	6	13	7	30	6	8	4
	20	9	9	9	11	29	7	6	6
	24	12	6	5	15	6	30	3	9
	36	7	11	4	16	14	22	6	6
41	9	9	14	6	19	17	6	6	
<b>Total</b>		<b>113</b>	<b>49</b>	<b>113</b>	<b>67</b>	<b>223</b>	<b>101</b>	<b>69</b>	<b>39</b>
Orações completivas do grupo (i)	12	6	12	1	19	0	36	0	12
	13	6	12	1	19	8	28	2	10
	14	8	10	10	10	12	24	5	7
	39	9	9	3	17	4	32	0	12
<b>Total</b>		<b>29</b>	<b>43</b>	<b>15</b>	<b>65</b>	<b>24</b>	<b>120</b>	<b>7</b>	<b>41</b>
Orações completivas do grupo (ii)	11	2	16	2	18	6	30	2	10
	22	4	12	1	19	6	30	2	10
	26	8	10	0	20	3	33	1	11
	27	0	18	0	20	4	32	0	12
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>57</b>	<b>3</b>	<b>77</b>	<b>19</b>	<b>125</b>	<b>5</b>	<b>43</b>

Orações completivas do grupo (iii)	25	3	15	4	16	13	23	4	8
	28	16	2	19	1	20	16	4	8
	32	12	6	14	6	12	24	8	4
	40	7	11	18	2	29	7	1	11
<b>Total</b>		<b>39</b>	<b>34</b>	<b>55</b>	<b>25</b>	<b>74</b>	<b>70</b>	<b>17</b>	<b>31</b>
Orações completivas do grupo (iv)	2	0	18	0	20	8	28	4	8
	23	4	14	14	6	11	25	8	4
	34	16	2	2	18	10	26	3	9
	37	0	18	0	20	9	27	3	9
<b>Total</b>		<b>20</b>	<b>52</b>	<b>16</b>	<b>64</b>	<b>38</b>	<b>106</b>	<b>18</b>	<b>30</b>
Orações completivas do grupo (v)	3	11	7	20	0	35	1	12	0
	16	12	6	19	1	36	0	11	1
	17	13	5	19	1	36	0	12	0
	33	9	9	16	4	31	5	8	4
<b>Total</b>		<b>45</b>	<b>27</b>	<b>74</b>	<b>6</b>	<b>138</b>	<b>6</b>	<b>43</b>	<b>5</b>
Orações completivas do grupo (vi)	19	18	0	18	2	34	2	9	3
	21	18	0	17	3	36	0	12	0
	35	14	4	14	6	25	11	7	5
	38	11	7	8	12	32	4	1	11
<b>Total</b>		<b>61</b>	<b>11</b>	<b>57</b>	<b>23</b>	<b>127</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>19</b>
Orações completivas do grupo (vii)	6	18	0	18	2	35	1	11	1
	29	14	4	11	9	24	12	7	5
	30	15	3	11	9	30	6	9	3
	31	0	18	20	0	36	0	12	0
<b>Total</b>		<b>47</b>	<b>25</b>	<b>60</b>	<b>20</b>	<b>125</b>	<b>19</b>	<b>39</b>	<b>9</b>

**Quadro 49:** resultados globais

Como se pode observar, nas frases (24) – *Certamente (que) isso ----- (ser) punível por lei* – e (34) – *É possível que o professor ----- (solicitar) a anulação do exame* –, em Benguela o número de ocorrências do indicativo foi superior ao de ocorrências de conjuntivo, enquanto nas restantes províncias se observa a situação inversa. Também no que respeita às frases (40) – *É estranho que a Júlia ----- (chegar) à noite* – e (23) – *É certo que o Anselmo ----- (vir) atuar hoje no Coliseu em Lisboa* – se observa uma diferença entre os dados de Benguela e os das restantes províncias, com predomínio do conjuntivo em Benguela e do indicativo nas outras localidades.

Na frase (28) – *É pena que você não ----- (ser) angolano (seria, pelo menos, um Ministro)* –, os dados de Lunda Norte revelam preferência pelo conjuntivo, enquanto nas outras províncias o número de ocorrências de indicativo é superior ao de conjuntivo.

Finalmente, no que respeita à frase (32) – *É de lamentar que você ainda ----- (acreditar) nesses políticos malditos* –, os dados recolhidos em Luanda revelam uma preferência pelo conjuntivo, enquanto nas outras localidades o número de ocorrências do indicativo é superior ao de ocorrências de conjuntivo.

Com exceção destes casos, em cada uma das outras frases o modo com maior número de ocorrências numa região é o mesmo que nas restantes regiões.

Assim, os dados obtidos não parecem revelar diferenças significativas entre as quatro regiões consideradas no que respeita ao uso dos modos indicativo e conjuntivo. Como, além disso, os dados obtidos não coincidem inteiramente com o que se observa em PE, os dados recolhidos com a aplicação do inquérito dão sustentabilidade à intuição de que o uso dos modos indicativo e conjuntivo é um fator que distingue o PA do PE.

## Capítulo V: Análise dos dados

A primeira conclusão que se pode extrair dos dados recolhidos com a aplicação do inquérito é que nenhuma das quatro hipóteses acima inventariadas e que nortearam a elaboração do questionário é taxativamente confirmada pelos dados do PA recolhidos. Para confirmar esta afirmação, basta observar, por exemplo, que todas as hipóteses em causa levam à previsão de que seja o conjuntivo o modo usado nas frases imperativas do questionário (*cf.* Quadro 8, no capítulo III), mas que em todas as regiões consideradas há ocorrências de outro modo nestas orações (*cf.* Quadro 49, no final do capítulo anterior) ou que as duas primeiras hipóteses levam à previsão de que seja o conjuntivo o modo usado em orações completivas de expressões ficcionais e as duas últimas hipóteses de que seja o indicativo, mas os dados recolhidos mostram que ambos os modos foram usados neste tipo de oração completiva.

Por outras palavras, pode afirmar-se que nenhuma das explicações para a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo em PE que foram consideradas neste trabalho dá conta dos dados do PA. Assim, justifica-se uma análise mais detalhada dos dados recolhidos no inquérito, contribuindo para a inventariação de pistas que possam levar à compreensão do fator ou fatores que norteiam o uso do indicativo ou conjuntivo em PA.

### 5.1. Orações imperativas

Como se pôde observar no quadro 49 acima, embora em todas as orações imperativas o conjuntivo seja o modo com maior número de ocorrências, há uma diferença relativa à ocorrência deste modo entre os exemplos (5) e (9), por um lado, e os exemplos (1) e (8), por outro (por facilidade de leitura, repetem-se abaixo os mesmos exemplos):

- (5)<sup>18</sup> O taxista garante que conhece bem o teu endereço, então ----- (subir) no táxi.
- (9) Cuidado com o sol, ----- (usar) um protetor solar.
- (1) Você acusou o Pedro sem provas, por isso ----- (pedir) desculpas.
- (8) Você tem a dívida de 1000 kwanzas, então ----- (pagar) agora.

Nos dados recolhidos em Benguela e em Huíla, nas frases (5) e (9) o conjuntivo é usado em 100% dos casos. Nos dados recolhidos em Luanda e em Lunda Norte, o número de ocorrências do conjuntivo em (5) e em (9) é também superior ao número de ocorrências do outro modo. O mesmo não se verifica no que respeita ao exemplo (1), em que, em todas as regiões, a diferença entre o número de ocorrências do conjuntivo e o número de ocorrências do outro modo não é tão significativo, nem no que respeita ao

---

<sup>18</sup> Esta numeração não reflete o ordenamento de exemplos/dados numerados e usados ao longo do texto. Corresponde à numeração usada no inquerido aplicado aos informantes.

exemplo (8), em que o número de ocorrências do conjuntivo é inferior ou igual (em Lunda Norte) ao número de ocorrências do outro modo.

Esta diferença que se observa nas frases imperativas do questionário pode estar relacionada com o valor ilocutório das frases. Os exemplos (5) e (9) facilmente são interpretáveis como veiculando um convite, um conselho ou uma exortação, enquanto os exemplos (1) e (8) estão associados a um valor deôntico mais forte, sendo preferencialmente interpretáveis como expressando uma obrigação (moral, ética, ...) imposta ao interlocutor.

## 5.2. Orações declarativas não subordinadas

Os exemplos do questionário relativos a orações declarativas não subordinadas contemplam dois tipos de estruturas: orações independentes sob o escopo de um advérbio ou expressão adverbial de frase e orações introduzidas pelo conector *daí que*:

- (15) Dificilmente o Carlos ----- (contar) o segredo aos seus amigos.
- (4) Pouco provavelmente uma barata ----- (assustar) um homem.
- (36) Talvez você (que) não ----- (saber), mas o assunto é de domínio público.
- (18) Possivelmente o Paulo ----- (acreditar) na história dos dinossauros
- (7) Provavelmente a Isabel ----- (negar) essas acusações todas.
- (20) Muito provavelmente esse criminoso ----- (confessar) o ato praticado.
- (24) Certamente (que) isso ----- (ser) punível por lei.
- (10) Você praticou um crime, daí que ----- (poder) ser condenado.
- (41) Estamos em crise, daí que ----- (ser) necessário poupar bem as economias.

Como se pode observar no quadro 49, no que respeita aos exemplos (4), (7), (15) e (18), os dados recolhidos revelam uma clara preferência pelo indicativo em todas as localidades.

Já no que respeita ao exemplo (36), o conjuntivo é o modo mais usado nos dados recolhidos em Benguela, Huíla e Luanda, tendo o mesmo número de ocorrências que o indicativo em Lunda Norte.

Os exemplos (20) e (24) apresentam resultados díspares. No que respeita a (20), em Benguela e em Lunda Norte verifica-se o mesmo número de ocorrências de indicativo e conjuntivo; em Huíla, o número de ocorrências de conjuntivo é ligeiramente superior ao de ocorrências de indicativo, enquanto em Luanda, pelo contrário, há uma clara preferência pelo indicativo. Quanto a (24), há uma preferência pelo indicativo nos dados

recolhidos em Benguela, que contrasta com a preferência pelo conjuntivo nos dados das outras localidades.

Estes resultados não evidenciam que haja a tendência para usar um dos modos em qualquer oração sob o escopo de um advérbio de frase (nuns casos há uma clara preferência por um modo, preferência que não se verifica noutros casos). Também não evidenciam uma associação entre o grau de crença veiculado pelo advérbio (ou expressão adverbial) de frase e a opção por um dos modos.

Considerando globalmente os dados recolhidos nas quatro localidades, observam-se os seguintes valores:

	<b>Indicativo (n.º ocorrências)</b>	<b>Conjuntivo (n.º ocorrências)</b>
<i>Pouco provavelmente</i>	<b>69</b>	<b>17</b>
<i>Provavelmente</i>	<b>63</b>	<b>23</b>
<i>Difícilmente</i>	<b>79</b>	<b>7</b>
<i>Possivelmente</i>	<b>63</b>	<b>23</b>
<i>Muito provavelmente</i>	<b>53</b>	<b>33</b>
<i>Certamente</i>	<b>26</b>	<b>60</b>
<i>Talvez</i>	<b>31</b>	<b>55</b>
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>218</b>

**Quadro 50:** Modo em orações sob o escopo de advérbio ou expressão adverbial

Com base nestes dados, a única generalização possível parece ser a de que há preferência pelo uso do conjuntivo em orações sob o escopo dos advérbios *talvez* ou *certamente* e uma preferência pelo indicativo em orações sob o escopo de outra expressão adverbial. No entanto, com qualquer advérbio de frase ou expressão adverbial, há variação de modo (i.e., os dados revelam atestações de um e de outro modo), o que sugere que em PA a escolha do modo em orações modalizadas por um advérbio (ou expressão adverbial) de frase é uma área não estabilizada.

Quanto às orações introduzidas por *daí que*, o quadro 49 mostra que no exemplo (10) foi usado apenas o indicativo em todas as localidades, enquanto no exemplo (41) houve preferência pelo indicativo em Huíla e em Luanda, tendo existido o mesmo número de ocorrências de indicativo e conjuntivo quer em Benguela quer em Lunda Norte. Estes valores permitem dizer que em PA o indicativo é o modo preferencial neste tipo de oração, contrariamente ao que se verifica em PE, onde o conjuntivo é o modo usado.

Eventualmente, a diferença de valores observada nos dados obtidos no inquérito relativos aos exemplos (10) e (41) deve-se a que (10) expressa uma constatação, enquanto (41) é uma construção que pode ser interpretada como expressando uma exortação.

### 5.3. Orações completivas

Como se pode observar no quadro 49, em orações completivas de verbos volitivos – *desejar*, *querer*, *recear* e *esperar* –, que formam o grupo (i), o conjuntivo é o modo mais usado. Ainda assim, há atestações de indicativo nas orações completivas de cada um dos verbos desta classe. Em particular a oração completiva do verbo *recear* apresenta um número considerável de ocorrências do indicativo, igualando o número de ocorrências do conjuntivo nos dados de Huíla. Por contraste, o verbo *desejar* é aquele, cuja oração completiva mais ocorrências de conjuntivo exhibe. Veja-se a soma dos valores das quatro localidades relativos a este grupo de verbos:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>desejar</i>	7	79
<i>querer</i>	17	69
<i>recear</i>	35	51
<i>esperar</i>	16	70

**Quadro 51:** ocorrências dos verbos volitivo do grupo (i)

Dado que o significado dos verbos *esperar* e *recear* tem uma dimensão de ordem volitiva, mas menos evidente do que a que se verifica nos verbos *querer* e *desejar*, o facto de os dados recolhidos mostrarem maior facilidade em usar-se o conjuntivo com estes dois últimos verbos do que com o verbo *desejar* sugere a tendência para que em PA, tal como em PE e noutras línguas, verbos volitivos levem à seleção do indicativo. Saliente-se que, como tem sido observado na literatura, em línguas que têm os modos indicativo e conjuntivo tipicamente os verbos equivalentes a *querer* e *desejar* são regentes de conjuntivo, enquanto verbos como (os equivalentes a) *esperar* apresentam variação interlinguística no que respeita à seleção de modo (por exemplo, em francês o verbo *espérer* aceita o indicativo na sua oração complemento, contrariamente ao que se verifica em PE). O mais surpreendente nos dados recolhidos pelo inquérito é o elevado número de ocorrências de indicativo na oração completiva de *querer*, sobretudo dada a semelhança de significado entre este verbo e *desejar*. Eventualmente, esta diferença de resultados envolvendo os verbos *querer* e *desejar* deve-se a que a frase com o primeiro verbo pode ser interpretada como associada a um ato de fala diretivo, enquanto a frase com o segundo verbo expressa meramente um desejo. Por clareza de exposição, repetem-se aqui os exemplos:

(13) O João quer que o António ----- (pagar) a conta da fatura dele.

(12) Desejo que a Ana ----- (ter) muita sorte na sua vida profissional.

Quanto aos dados relativos ao grupo (ii), orações completivas de verbos deônticos – *pedir*, *exigir*, *mandar* e *ordenar* –, como se pode observar no quadro 46, em todas as localidades há uma clara tendência para o uso do conjuntivo, embora se encontrem

atestações de indicativo. Neste grupo de verbos, os dados não revelam o mesmo tipo de variação lexical que se observa no grupo (i). De facto, com os quatro verbos que formam o grupo (ii) há uma clara preferência pelo conjuntivo. É o que mostra a soma dos resultados das quatro localidades:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>pedir</i>	12	74
<i>exigir</i>	13	73
<i>mandar</i>	12	74
<i>ordenar</i>	4	82

**Quadro 52:** Ocorrências relativas aos verbos deônticos do grupo (ii)

A tendência para o uso do conjuntivo em orações completivas de verbos deste grupo segue o padrão que se observa nas línguas que têm oposição entre indicativo e conjuntivo. Verbos deônticos, tal como verbos volitivos e causativos são tipicamente regentes de conjuntivo.

No que respeita às orações completivas do grupo (iii), orações completivas das expressões predicativas avaliativas *ser bom*, *ser pena*, *ser de lamentar* e *ser estranho*, globalmente pode observar-se uma preferência pelo indicativo, com exceção dos dados de Lunda Norte, em que se registam 17 ocorrências de indicativo e 31 de conjuntivo. No entanto, há variação lexical. Com a expressão predicativa *ser bom* (exemplo (25)) o número de ocorrências de conjuntivo é superior ao de ocorrências de indicativo nos dados de todas as localidades. Já com a expressão predicativa *ser pena* (no exemplo (28)) o indicativo tem maior número de ocorrências do que o conjuntivo em todas as localidades exceto Lunda Norte. É também o indicativo o modo mais usado em orações completivas de *ser de lamentar* em todas as localidades com exceção de Luanda, onde predomina o uso do conjuntivo. Quanto à expressão predicativa *ser estranho*, nos dados de Benguela e de Lunda Norte há maior número de ocorrências de conjuntivo do que de indicativo, contrariamente ao que se vê nos dados de Huíla e de Luanda. A soma dos valores das quatro localidades oferece o seguinte quadro:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>ser bom</i>	24	62
<i>ser pena</i>	59	27
<i>ser de lamentar</i>	46	40
<i>ser estranho</i>	56	31

**Quadro 53:** Ocorrências relativas às orações de expressões predicativas do grupo (iii)

Globalmente, pode-se observar que, com exceção da expressão predicativa *ser bom*, o indicativo é preferencialmente usado neste tipo de oração completiva, embora este seja um contexto sintático em que há evidente variação de modo em PA.

Os dados relativos a este tipo de oração são um bom exemplo para conferir que nenhuma das hipóteses de explicação da distribuição dos modos indicativo e conjuntivo acima elencadas, hipóteses elaboradas com base em dados do PE ou de outras línguas, se aplica aos dados do PA.

Relativamente às orações completivas do grupo (iv), com as expressões predicativas *é difícil*, *é certo* e *é possível*, observa-se um maior número de ocorrências de conjuntivo do que de indicativo (cf. Quadro 49). As exceções são os dados de Benguela relativos ao exemplo (34), com a expressão predicativa *ser possível*, em que há 16 ocorrências de indicativo e apenas 2 de conjuntivo, os dados de Huíla relativos ao exemplo (23), com a expressão predicativa *ser certo*, em que há 14 ocorrências de indicativo e 6 de conjuntivo, e os dados de Lunda Norte relativos também ao exemplo (23), em que há 8 ocorrências de indicativo e 4 de conjuntivo.

O somatório dos dados das quatro localidades é o seguinte:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>ser difícil</i>	12	74
<i>ser certo</i>	37	49
<i>ser possível</i>	29	55
<i>ser possível</i>	12	74

**Quadro 54:** Ocorrências relativas às orações de expressões predicativas do grupo (iv)

Também neste tipo de oração completiva se verifica variação de modo em PA, havendo atestações de ambos os modos qualquer que seja a expressão predicativa. A única generalização que os dados permitem fazer é a de que o conjuntivo parece ser preferencialmente selecionado.

Assim, também os dados relativos a este tipo de oração completiva mostram que há diferença entre PA e PE (em PE com a expressão predicativa *ser certo* usa-se o indicativo, com as restantes usa-se o conjuntivo) e que nenhuma das hipóteses de explicação da distribuição do indicativo e do conjuntivo acima elencada explica os dados do PA.

Quanto às orações completivas de verbos de afirmação, os dados de todas as localidades revelam uma clara preferência pelo uso do indicativo. No entanto, curiosamente, os dados relativos a este tipo de oração sugerem variação regional: nos dados recolhidos em Benguela há bastantes atestações de conjuntivo, enquanto nas restantes localidades estas são praticamente residuais (cf. Quadro 49, acima).

A soma dos valores obtidos nas várias localidades ilustra bem a tendência para o uso do indicativo neste tipo de oração completiva:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>jurar</i>	78	8
<i>garantir</i>	78	8
<i>dizer</i>	80	6
<i>negar</i>	64	22

**Quadro 55:** ocorrências relativas às orações completivas de verbos de afirmação

O facto de o indicativo ser preferencialmente usado em completivas de verbos de afirmação é coerente com o padrão que se observa nas línguas com indicativo e conjuntivo, em que tipicamente estes verbos são regentes de indicativo (tal como é o indicativo o modo que ocorre em asserções).

No grupo de orações completivas de predicados ficcionais, o indicativo é o modo mais usado, embora existam atestações de conjuntivo em todos os exemplos considerados no questionário:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>fazer de conta</i>	79	7
<i> fingir</i>	83	3
<i>supor</i>	60	26
<i>imaginar</i>	52	34

**Quadro 56:** ocorrências relativas às orações completivas de predicados ficcionais.

Como se pode observar no Quadro 49, no capítulo anterior, nos dados de Huíla e de Lunda Norte, no exemplo (38), com a expressão *vamos imaginar que*, o número de ocorrências de conjuntivo ultrapassa o de ocorrências do indicativo, enquanto em todos os outros casos há mais atestações de indicativo do que de conjuntivo. Eventualmente, a diferença de valores entre o exemplo (38) e restantes exemplos relativos a predicados ficcionais prende-se com o facto de o exemplo (38) poder ser interpretado como o levantamento de uma suposição, de uma hipótese que pode vir a confirmar-se. Ou seja, é possível que no exemplo (38) o verbo *imaginar* não seja interpretado como um verbo ficcional (que introduz um cenário fictício, marcando um corte com a realidade), mas como um verbo doxástico, associado à expressão da possibilidade epistémica.

Finalmente, no que respeita aos dados de orações completivas de verbos epistémicos, em todas as localidades se observa a preferência pelo uso do indicativo, embora existam também atestações de conjuntivo. A soma dos valores das quatro localidades

relativos a este tipo de oração completiva mostra claramente a preferência pelo uso do indicativo:

	Indicativo (n.º ocorrências)	Conjuntivo (n.º ocorrências)
<i>descobrir</i>	82	4
<i>reconhecer</i>	56	30
<i>constatar</i>	65	21
<i>ver</i>	68	18

**Quadro 57:** ocorrências relativas às orações completivas de verbos epistémicos.

#### 5.4. Síntese

Os dados recolhidos com a aplicação do questionário permitem verificar que nenhuma das hipóteses elencadas no capítulo III e que nortearam a elaboração do questionário explica os dados do PA. De facto, cada uma dessas hipóteses leva à previsão de que numa dada estrutura sintática seja usado um ou o outro modo, mas os dados recolhidos mostram que em todos os contextos sintáticos considerados há atestações de indicativo e de conjuntivo. Ainda assim, os dados recolhidos permitem fazer algumas generalizações.

Os dados recolhidos mostram a tendência para o indicativo ser selecionado em orações completivas de verbos de afirmação, de expressões predicativas ficcionais e de verbos de conhecimento. Mostram igualmente a tendência para o conjuntivo ser selecionado em orações completivas de verbos volitivos e deonticos. Quanto às orações completivas de outros tipos de predicado, não parece existir uma tendência clara para o uso de um ou de outro modo.

Relativamente a frases imperativas, verificou-se um maior número de ocorrências de conjuntivo, mas é possível que em PA, pelo menos neste tipo de frases, fatores pragmáticos, relacionados com a força ilocutória dos enunciados, tenham interferência na opção pelo conjuntivo ou por outro modo. Trata-se de uma questão a aprofundar noutros trabalhos, mas que parece encontrar também alguma sustentabilidade na análise dos exemplos do inquérito com o conector *daí que*. Como se viu, embora neste tipo de construção tenham sido observadas mais ocorrências de indicativo do que de conjuntivo, foi feita a sugestão de a escolha do modo poder ser influenciada pelo facto de a construção com *daí que* ser interpretada como uma constatação ou como uma exortação.

Por fim, em orações declarativas não subordinadas sob o escopo de um advérbio de frase, não parece haver uma clara regularidade na escolha de um ou de outro modo. Aparentemente, os dados sugerem que a escolha de modo é lexicalmente condicionada, havendo advérbios que preferencialmente regem o indicativo e outros o conjuntivo, mas, a ser assim, tratar-se-á de uma tendência e não de uma regra, já que há atestações dos dois modos com os diferentes advérbios considerados.

## Capítulo VI: Conclusões

A distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola é o tema da presente dissertação. O objetivo era compreender os fatores subjacentes à seleção de um modo em detrimento de outro em PA, considerando-se vários contextos sintáticos.

Partindo-se da literatura, foram consideradas várias hipóteses de explicação de natureza semântica para a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo, hipóteses estas que foram formuladas com base em dados do PE ou de outras línguas. Dada a intuição de que há diferenças entre o PA e o PE no que respeita ao uso desses dois modos, procurou averiguar-se se alguma das hipóteses em causa se adequa aos dados do PA e, em caso de resposta negativa, se os dados recolhidos revelam pistas a respeito dos fatores operativos em PA para a escolha de modo.

Para a recolha de dados, foi elaborado um inquérito, desenhado de forma a permitir testar as quatro hipóteses acima referidas, inquérito este que foi aplicado em diferentes localidades de Angola, a 86 informantes adultos falantes de português.

Embora seja evidente que este número de informantes é uma pequena amostra do universo de falantes de PA, os dados recolhidos permitem, ainda assim, revelar indícios daquilo que é o estado atual da língua portuguesa em Angola, indícios que, naturalmente, podem ser desenvolvidos em trabalhos futuros

A maior parte dos falantes que respondeu ao questionário tem o português como sua língua materna e tem também uma língua Bantu como sua L2 (aliás, o bilinguismo é uma das grandes características linguísticas que os africanos bantu ostentam). Contudo, a eventual influência de línguas bantu em PA é uma questão que ultrapassa os objetivos desta dissertação e que se justifica em estudos posteriores, mas que devem ser precedidos por estudos que descrevam e caracterizem o PA, como se tentou fazer (dada a ressalva acima referida do número de informantes considerado) com o presente trabalho no que respeita a um aspeto da língua: o uso do modo indicativo ou conjuntivo. Além disso, há a ter em conta que o PA não se afirma como uma variedade autónoma do português de uma forma tão evidente como, por exemplo, o português brasileiro, continuando a existir, indubitavelmente, a influência da norma europeia.

Feita a recolha dos dados, pela aplicação do inquérito, procedeu-se à sua análise, a qual permitiu concluir que nenhuma das quatro hipóteses testadas se confirma taxativamente. No entanto, os dados sugerem algumas tendências, que num estudo alargado a um maior número de informantes se poderão confirmar ou não.

Este alargamento do presente estudo, em trabalhos futuros, pode ser feito quer aplicando o mesmo inquérito a novos informantes, quer explorando, com recurso a novos dados, algumas pistas que os dados recolhidos com este trabalho revelam.

Os dados recolhidos e analisados no presente trabalho revelam que existem bastantes semelhanças entre o PA e o PE, embora sobressaiam algumas diferenças. O sis-

tema do modo em PA parece ser uma zona problemática para os falantes, dado que, para a generalidade das frases testadas, houve falantes que optaram por um modo e outros pelo outro modo. Assim, é importante ter em conta na análise dos dados recolhidos o número de casos em que, em cada frase foi usado o indicativo e o número de informantes que optaram pelo conjuntivo. A clara preferência, tendo em conta estes números, por um modo ou por outro numa dada frase do inquérito permite tirar ilações sobre a tendência que se verifica em PA. Noutras frases, as respostas obtidas não mostram uma clara preferência por um ou por outro modo, o que sugere tratar-se de contextos sintáticos em que a escolha do modo em PA não está estabilizada.

Dito isto, pode observar-se que nos dados recolhidos e analisados salientam-se duas observações que podem indiciar tendências do PA que o distinguem do PE.

A primeira diz respeito a orações não subordinadas. Foi observado que, enquanto em PE em orações imperativas ocorre o conjuntivo, mas nunca o indicativo, nalguns dados do PA recolhidos foi usado o indicativo. No entanto, esta opção pelo indicativo foi mais acentuada nalgumas frases imperativas do que noutras, tendo sido aventada a hipótese de que a escolha do modo usado neste tipo de oração em PA é condicionada por fatores comunicativos (ou pragmáticos, ou discursivos), relacionados com o objetivo do falante na enunciação da frase. Simplificadamente, os dados analisados sugerem que em frases imperativas o indicativo em PA ocorre mais facilmente em imperativas associadas a uma exortação, convite, etc., parecendo existir preferência pelo conjuntivo em orações imperativas associadas à expressão de uma ordem, uma imposição, etc.

A mesma relação entre força ilocutória (i.e., o objetivo do falante ao enunciar a frase) e escolha do modo a usar em PA foi notada em orações introduzidas pelo conector *daí que*, que, em PE, introduz uma oração com o verbo flexionado no conjuntivo. Trata-se, portanto, de um outro contexto sintático em que parece existir uma diferença entre o PE e o PA e que sugere que em PA há uma relação mais estreita que a que se verifica em PE entre o uso do modo e o objetivo comunicativo.

Finalmente, em orações completivas de expressões predicativas avaliativas (como *ser bom*, *ser pena*, etc.), os dados recolhidos e analisados apontam igualmente para uma diferença entre o PA e o PE. Enquanto em PE estas expressões predicativas são regentes de conjuntivo, em PA, de acordo com os dados recolhidos, o indicativo é o modo preferencial, pelo menos com a maioria das expressões predicativas desta classe que foram contempladas no inquérito. A confirmar-se (em estudos mais alargados, que contemplem um maior número de informantes e/ou outras expressões predicativas avaliativas) esta preferência pelo indicativo em orações completivas de expressões avaliativas, este será mais um contexto em que o PA se distingue do PE e que sugere que a distinção *realis / irrealis* é mais premente no sistema do modo em PA do que no do PE. Isto é, dado que a oração completiva de expressões predicativas deste tipo descreve a realidade, o facto de em PA existir a tendência (que os dados observados sugerem) para o uso do indicativo neste tipo de construção sintática pode ser explicado como consequência de uma relação entre indicativo e descrição da realidade, como assumido pelas gramáticas tradicionais (assunção esta que, como se viu acima, é contrariada por dados

do PE). Curiosamente, em Marques (2004), é feita a observação de que a mesma tendência parece verificar-se em PB. No entanto, comparando os dados do PA recolhidos e analisados no presente estudo com os dados do PB analisados em Marques (2004) e que levam o autor a sugerir a tendência do sistema do modo PB para relacionar a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo com os valores *realis / irrealis*, há uma diferença relevante: o estudo de Marques (2004) observa dados do PB em que o indicativo ocorre em orações completivas de expressões avaliativas – orações que descrevem a realidade –, contrariamente ao que se verifica em PE, e dados do PB em que o conjuntivo ocorre em orações completivas de verbos ficcionais – orações que não descrevem a realidade –, contrariamente ao que se verifica em PE. Os dados do PA recolhidos e analisados no presente estudo revelam a tendência para se usar o indicativo em orações completivas de expressões predicativas avaliativas, mas não revelam a tendência para o uso do conjuntivo em orações completivas de predicados ficcionais. Assim, não se pode dizer, com base nos dados considerados no presente estudo, que em PA há uma associação entre a escolha pelo indicativo ou conjuntivo e os valores *realis / irrealis*, já que, se assim fosse, o conjuntivo seria o modo preferencialmente usado em orações completivas de verbos ficcionais, como *fingir*, o que não se verifica. Neste aspeto, os dados considerados apontam mais para que o sistema de modo em PA se aproxime mais do que se verifica em línguas como o grego moderno e outras línguas balcânicas, onde, como ficou dito acima, a distribuição do conjuntivo e do indicativo é condicionada pelo fator veridicidade: se a oração for tida como verdadeira por alguma entidade nalgum mundo possível é usado o indicativo; se não for dada a indicação de que a frase em questão é tida como verdadeira no modelo relevante, é selecionado o conjuntivo. O facto, que os dados considerados no presente estudo sugerem, de em PA o indicativo ser o modo preferencial em orações completivas de verbos como *lamentar* e de o indicativo ser o modo preferencial em orações completivas de verbos como *fingir* ou *sonhar* aponta no sentido de o fator veridicidade ser mais operativo na distribuição do indicativo e conjuntivo em PA do que o fator *realis / irrealis*. A confirmar-se esta hipótese noutros estudos sobre o PA, este seria um aspeto em que o sistema do modo em PA estaria a divergir do PE e também do PB, podendo vir a assumir-se como uma característica identificadora da variedade angolana do português.

Para além destes aspetos, há, naturalmente, outras questões relacionadas com os modos conjuntivo e indicativo em PA que podem ser exploradas em futuros trabalhos. É o caso, por exemplo, dos tempos verbais.

Dada a escassez de estudos sobre o PA, particularmente no que respeita ao tema desta dissertação, espera-se que o presente trabalho seja uma breve contribuição para um conhecimento mais fiel do português falado nesta área geográfica e que possa ser desenvolvido com outros trabalhos.

## 7. Referências bibliográficas

ALSTON, William P. (2000), *Illocutionary Acts and Sentence Meaning*. Cornell University Press. Ithaca and London.

ANDRADE, Ernesto (2007), *Línguas Africanas. Breve Introdução à Fonologia e à Morfologia*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

BARBOSA, J. S. (1822), *Grammatica philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*; 7<sup>a</sup> ed., Lisboa: Academia Real das Sciencias.

BECHARA, E. (1999), *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

BELL, A. (1990), *El modo en español: consideración de algunas propuestas recientes – in Ignacio Bosque (org.) – Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.

BENNETT, Paul (2002), *Semantics: An Introduction to non-lexical Aspects of Meaning*. LINCOM Coursebooks in Linguistics 12.

BYBEE, J. e T.D. Terrell (1990). Análisis semántico del modo en español – in Ignacio Bosque (org.) – *Indicativo y Subjuntivo*; Taurus Universitaria.

FARKAS, D. (1992), *On the semantics of subjunctive complements*. In P. Hirschbühler e K. Koerner (org.) – *Romance Languages and Modern Linguistic Theory* – John Benjamins, 71-104.

FARIA, I.H. (1974), *Conjuntivo e a restrição da frase-mais-alta*. Separata do “Boletim de Filologia”. Tomo XXIII, Centro de Estudos Filológicos; Lisboa.

FLEISCHMAN S, (eds.) *Modality in grammar discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: J. Benjamins, 1995, pp. 56-66.

FONSENCA, I. (1970), *Para o estudo dos valores do conjuntivo em Português Moderno*. Dissertação de Licenciatura. Coimbra.

GIANNAKIDOU, A. (1994), *The Semantic Licensing of the NPIs and the modern Greek Subjunctive* – in *Language and Cognition 4- Yearbook of the research Group for Theoretical and experimental Linguistics* – University of Groningen.

----- (1999), Affective dependencies. *Linguistics and Philosophy* 22.4, 367-431;

----- (2009), “The dependency of the subjunctive revisited: temporal semantics and polarity”. *Lingua*, 120: 1883-1908.

GIVÓN, Talmy (2001), *Tense, aspect and modality I.: functional organization*. In.: *Syntax – an introduction*. V. 1. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins, 2001, p. 285 – 335.

GUDMESTAD, A. (2006), “L2 Variation and the Spanish subjunctive: Linguistic features predicting mood selection”, in C. Klee e T. Face (eds.), *Selected proceedings from the 7th CLASP*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 170-184.

GUILLAUME, G. (1929), *Temps at Verbe – Théorie des aspects, des modes et des temps* – La société de Linguistique de Paris – XXVII.

HEIM, I. (1992), *Presupposition projection and the semantics of attitude verbs*. *Journal of Semantics*, 9 (3):183-221.

HOOPER, J., e T. Terrell (1974), *A semantic based analysis of mood in Spanish*. *Hispania*, 57: 484-94.

HOOPER, J.B. (1975), *On assertive predicates* – in P. Kimball (org.) *Syntax and Semantics 4* – New York, Academic Press; 91-124.

JESUS, A. (2014), *Aquisição do modo em orações completivas do português europeu: o papel dos traços de epistemicidade e veridicidade*, diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Univ. Lisboa.

KARTUNEN, L. (1971), *The Logic of English Predicate Complement Constructions* – Indiana University Linguistics Club.

KLEIN, F. (1975), *Pragmatic constraints in distribution – The Spanish subjunctive – Papers from the 2<sup>nd</sup> regional meeting*. *Chicago Linguistic Society*; 353-65.

KLEIN, F. (1990), *Restricciones Pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español*. In Ignacio Bosque (org.); *Indicativo y subjuntivo*. Taurus Universitaria.

LONGCHAMPS, J. R. (2009), *O modo verbal no Português brasileiro e a distinção realis/irrealis*, in: *Anais do XV Congresso da Assel-Rio - Linguagens em diálogo: pesquisa e ensino na área de Letras*.

LYON, John (1977), *Semantics*, Vol. 1, Thirty Hall, University of Cambridge. Cambridge University Press.

----- (1979), *Introdução à linguística teórica*. Tradução Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional.

MARQUES, R. (1995), *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. *Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*.

----- (1996), *Sobre a seleção do modo em orações completivas*. *Atas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, 1: 191-202.

----- (2004), *On the system of mood in European and Brazilian Portuguese*. *Journal of Portuguese Linguistics*, 3(1): 89-109.

----- (2010a), *Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo*. *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. *Textos Seleccionados, APL*, 549-565.

----- (2010b), Modality, Context Change Potential and Mood selection. in M. Becker e E. Remberger (eds.), *Modality and Mood in Romance: Modal interpretation, mood selection, and mood alternation*. Linguistische Arbeiten, Walter de Gruyter, 133-161.

----- et al. (2013), Modo. in Eduardo Paiva Raposo (orgs.). *Gramática do Português*. Fundação Calouste Gulbenkian, cap. 19, 671-693.

MEIRELES, J. e E. Raposo. (1992), *Tense and Binding Theory in Portuguese* – in D. Macedo e D. Koike (orgs.), *Romance Linguistics, The Portuguese Context*. Westport, Connecticut: Bergin & Garvey, 67-86.

MENDES, M. (1996), *Para uma sintaxe do conjuntivo em Português*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Lisboa.

NEVES, Maria Helena de Moura (2002), *Modalidade*. In.: I.V. Koch (org.) *Gramática do português falado*. V.VI. 2 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP/FAPESP;

NOGUEIRA, Maria Teixeira Lopes & Maria Fabíola Vasconcelos (2011), *Modo e Modalidade. Gramática, Discurso e Interação*. Edições UFC.

NOONAN, M. (1985), Complementation – in *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. II, T. Schopen (org.) – Cambridge University Press.

OLIVEIRA, F. et al. (2003), *Modalidade e modo*.– in Mateus, M.H. et al. (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Edição revista e aumentada. Lisboa. Caminho.

----- (2008), *Sobre os tempos do Conjuntivo* – in F. Oliveira e I. M. Duarte (orgs.), *O Fascínio da Linguagem*. Atas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 109-118.

PALMER, F.R. (1986), *Mood and Modality*. Cambridge University Press.

PANZERI, F. (2003), *In the (indicative or subjunctive) mood*. In M. Weisgerber (org.) – *Proceedings of sinn und bedeutung 7*, Univ. Konstanz.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow (2002), *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis.

PORTNER, Paul H. (2009), *Modality*. Oxford Linguistics. Oxford Surveys and Pragmatics. Oxford University Press.

QUER, J. (1998), *Mood at the Interface*, The Hague: HAG.

----- (2009), “*Twists of mood: The distribution and interpretation of indicative and subjunctive*”, *Lingua*, 119 (12): 1779-1787.

----- (2010). “*On the (un)stability of mood distribution in Romance*”, in M. Becker e E. Remberger (eds), *Modality and Mood in Romance, modal interpretation, mood selection and mood alternation*. Linguistische Arbeiten, Walter de Gruyter.

*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

SOLANO-ARAYA, J. (1982), *Modality in Spanish: An account of Mood* – Diss. Dout. – Univ. Kansas.

SANTOS, M. J. (2003), *Os usos do conjuntivo em Língua Portuguesa: uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

SWEETSER, E. E (1999), *From etymology to pragmatics: methaphorical and cultural aspects of semantics structures*. UFSC, Cambridge University Press. 1990, p.49-75.

ULRICH W. (1991), *Frase subordinate al congiuntivo* – In L. Renzi e G. Salvi *Grande Grammatica italiana di consultazione*, Bologna: Il Mulino, 415-481.

VIEIRA, Lúcia M. de O. (2002), *Os modais ‘dever’ e ‘poder’ e o uso de verbos na forma imperativa na construção da argumentação da campanha ‘Amigos da escola’*. In: *Letras & Letras*, nº 18 (2). Uberlândia, p. 111-133.



*Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspetiva semântica.*

**ANEXOS**